



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 1º BIMESTRE | 2012

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabio Souza Pontes

Fernanda Correia de Oliveira

Guilherme Vasconcelos Severino

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Soraia Duarte Guimarães

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	8
EXECUTIVE SUMMARY	12
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	15
II. Resultados Fiscais	17
II.1 Resultado Orçamentário Total.....	17
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	18
II.3 Resultado Primário	18
III. Receita Estadual	20
III.1 Receitas Correntes	20
III.1.1 Receita Tributária	21
BOX 01 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO ITD.....	23
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	25
III.1.3 Receita de Transferências	26
III.1.3.1. Transferências da União	27
III.1.4 Demais Receitas Correntes	28
III.2 Receitas de Capital	30
BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO.....	31
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	33
IV. 1 Análise Geral da Execução da Despesa.....	33
IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	36
BOX 03 – INVESTIMENTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 2007-2011	41
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	47
V.1 Cota Financeira.....	47

V.2 Pagamento de PD's	49
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	50
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	51
V.4.1 Características de Consumo	52
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	53
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento	53
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	55
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	61

Apresentação

Este é o vigésimo quinto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/03/2012.¹

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

¹ Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, não foram incluídos nas contas do Estado os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, e da Imprensa Oficial do Estado (IO), pois essas empresas são não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, no primeiro bimestre de 2012, boa evolução de suas receitas totais. O crescimento observado foi de 5,2% frente ao observado no mesmo período do ano passado. No entanto, o resultado não foi suficiente para superar as metas de arrecadação para a temporada. Estas foram frustradas em 11,9%.

As Receitas Correntes atingiram patamar 6,1% superior ao observado no 1º bimestre de 2010, impulsionadas, principalmente, pelas Receitas Patrimoniais (+27,5%). Embora o crescimento das Receitas Tributárias tenha sido modesto no período (+1,8%), destacou-se o incremento observado na arrecadação do ITD (+42,2%).

Quanto ao ICMS, principal receita do Estado, houve crescimento de 2,3% no período analisado. Alguns setores econômicos destacaram-se sobremaneira, a saber: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+49,2%); Metalurgia e Siderurgia (+31,7%); e Comunicação e Informação (+17,5%).

As Receitas de Capital apresentaram queda expressiva, no primeiro bimestre do ano (-55,4%). O resultado deve ser analisado com parcimônia, pois a rubrica de Alienação de Bens teve baixíssimo rendimento este ano (-96,4%). Isto porque a base de 2011 foi fortemente influenciada pela venda do BERJ, ocorrida naquele ano. Entretanto, as Operações de Crédito (+363,6%) contribuíram para amenizar tal conjuntura.

O Resultado Orçamentário, do primeiro bimestre de 2012, embora positivo em R\$ 443,78 milhões, apresentou queda de 54,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal responsável por esta conjuntura foi a rubrica Investimentos, cujo crescimento foi de 130,6% no período.

O Resultado Primário totalizou R\$862,46 milhões (-39%), fortemente influenciado pelo déficit do Rioprevidência no período (-R\$1,077 bilhão).

A Lei Orçamentária Anual de 2012 fixou as despesas em R\$ 64,03 bilhões, um crescimento de 14% em relação à previsão de gastos do ano passado. O orçamento está distribuído pelos grupos de despesa da seguinte forma: R\$ 35,65 bi para Outras Despesas Correntes (55,7% do total); R\$ 16,82 bi para Pessoal e Encargos Sociais (26,23%); R\$ 6,73 bi para Investimentos (10,52%); e R\$ 4,82 bi para Serviço da Dívida e Inversões Financeiras (7,53%).

Neste primeiro bimestre já foram incorporados ao orçamento por meio de créditos suplementares R\$ 1,09 bilhões oriundos de Operações de Crédito e novos Convênios, totalizando R\$ 65,12 bilhões de dotação atual. Deste valor já foram liquidados R\$ 9,03 bi, dos quais 89,1% com pagamento de pessoal e despesas correntes. A execução dos investimentos ainda se encontra em ritmo lento, comportamento esperado para início de exercício. Os recursos do Tesouro financiaram 76% das despesas totais, sendo R\$ 4,95 bilhões com recursos provenientes de impostos.

As despesas vinculadas aos Índices Constitucionais também apresentaram tímida execução e por isso os percentuais parciais calculados não atingiram os mínimos exigidos por Lei. Contudo, o cumprimento dos índices é estabelecido anualmente, de forma que a nossa análise bimestral indica apenas o ritmo de execução e a evolução destes gastos.

Por fim, foram analisados no Box investimentos diretos do Estado em diversas funções. Foi dado destaque aos programas que mais se sobressaíram dentro de cada uma delas. Como por exemplo: o Projeto Somando Forças da função urbanismo que visa desenvolver os municípios do Rio de Janeiro, o projeto de Ampliação e Melhoria da Habitação Popular na função Habitação e também o projeto Rio Rural, referente a função agricultura, que obteve grande ênfase tanto na execução orçamentária como na melhoria da qualidade de vida no campo.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que a metodologia de liberação da Cota Financeira para emissão de Programações de Desembolso vem alcançando progressivamente seu objetivo primordial: planejamento financeiro da parte dos órgãos, compatível com o Fluxo de Caixa do Tesouro.

No início deste ano, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ publicou a Resolução nº 481, de 14 de fevereiro de 2012, liberando R\$ 11,35 bilhões, sendo R\$ 6,14 bilhões para as FR do Tesouro² e R\$ 5,21 para as demais³ FR.

No que concerne à execução orçamentária de 2012, os Órgãos mantiveram regularidade em relação a 2011. As despesas empenhadas, que foram liquidadas no 1º bimestre de 2011 alcançaram 28,8% contra 32,5% em 2012; na etapa seguinte, que trata da emissão da PD, em 2011, foram convertidas 72,6% das despesas liquidadas em PD's contra 71,5% em 2012; e na última fase da despesa, que é o pagamento, em 2011, 71,8% das Programações emitidas foram pagas contra 80,6% em 2012.

No primeiro bimestre de 2012, o prazo médio dos pagamentos verificado foi de 6 dias após a emissão da Programação de Desembolso – PD, para as áreas não prioritárias, e de 9 dias para as áreas prioritárias (Educação, Segurança e Saúde), este fato ocorreu dado o grande volume de PD's emitidas pela área da Educação, entre os dias 15 e 17 de fevereiro, que somente puderam ser pagas em 27 de fevereiro, pois cumpriram a legislação vigente⁴. Este prazo médio de pagamentos foi inferior ao praticado no mesmo período de 2011 (9 dias para área prioritária), ou seja, a celeridade no pagamento das programações de desembolsos apresentados ao Tesouro do Estado continua aumentando.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho no primeiro bimestre de 2012, obtiveram uma rentabilidade média acima de 99% do CDI. Além disso, estes fundos possuem uma taxa administrativa entre 0,1% e 0,1% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

O Tesouro Estadual adimpliu cerca de R\$ 35,60 milhões em despesas realizadas, no primeiro bimestre de 2012, com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.

² Fontes Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20 e 22;

³ Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

⁴ Art. 13 do Decreto 43.427 de 17 de janeiro de 2012 – “A Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ somente efetuará o pagamento das despesas de custeio e investimentos nos dias 07 (sete), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente...”.

O SIPC registrou o montante de R\$ 47,59 milhões correspondente ao total do faturamento dos serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 24,09 milhões, ou seja, 51%. A dificuldade de alguns órgãos em relação à transferência da cota financeira somada aos procedimentos necessários para atender às exigências legais na execução contábil, que passaram a vigorar a partir de 2012, contribuiu para o baixo percentual de adimplemento.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no primeiro bimestre de 2012.

No 1º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 8,62 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009. No 1º Bimestre deste ano foram pagas 195 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,30 milhões.

O Tesouro Estadual desembolsou no 1º bimestre de 2012, R\$ 720,72 milhões com o serviço da dívida⁵. A importância desembolsada foi 12,4% superior ao valor pago no mesmo período do ano anterior. Esta variação decorreu dos novos parcelamentos junto à Receita Federal, registrados na dívida, ao final do exercício de 2011.

Do total pago no 1º bimestre de 2012, R\$ 642,75 milhões foram referentes à dívida intralimite⁶, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 27,92 milhões.

No 1º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 62,50 bilhões, 6,9% maior que no mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI⁷, pela variação do dólar nos contratos da dívida externa e pelo ingresso de R\$ 360 milhões do contrato firmado junto ao Banco Mundial, destinado ao Programa de

⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁶ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

⁷ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 89,85% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,3% e aumento de 0,0031% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 0,1% (IGP-DI de dez/11 e jan/12) e nos últimos 12 meses (de fev/11 a jan/12) em 5,0%.

Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável. O estoque da dívida externa, que corresponde a 4,6% do total da dívida financeira, encerrou o 1º bimestre de 2012 com saldo de 2,85 bilhões.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 58,58 milhões, representando uma redução de 71,6% em relação ao saldo verificado no exercício de 2011.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma queda de 2,2%, passando de 2,03 para 1,99⁸. Apesar da elevação do estoque da dívida do Estado, essa melhora ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida Real em 9,3%. Assim, por mais um ano o Estado do Rio de Janeiro cumpriu a meta n.º 1 do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999, e ainda ficou abaixo do definido como meta.

Foram liberados R\$ 72,23 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em janeiro e fevereiro de 2012. O Estado do Rio de Janeiro encerrou 1º bimestre de 2012, com 634 Convênios de Despesa e 425 Convênios de Receita vigentes⁹.

⁸ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

⁹ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro presented in the first quarter of 2012, good progress of their total revenues. The observed growth was 5.2% compared to that observed in the same period last year. However, the result was not enough to overcome the fundraising goals for the season. They were frustrated by 11.9%.

The Current Revenue reached level 6.1% higher than in the 1st quarter of 2010, driven mainly by Capital Receipts (+27.5%). Although growth has been modest Tax Revenues in the period (+1.8%), the highlight was the increase observed in the collection of ITD (+42.2%).

As for GST, the main state revenue, growth was 2.3% in the period. Some economic sectors stood out greatly, as follows: Petroleum and Natural Gas Fuels (+49.2%), Metallurgy and Steel Industry (+31.7%) and Information and Communication (+17.5%).

The Capital Receipts showed a significant drop in the first two months of the year (-55.4%). The result should be analyzed with care, because the heading Disposal of assets was very low income this year (-96.4%). This is because the basis of 2011 was strongly influenced by the sale of Berj, held that year. However, the Loan (+363.6%) helped to alleviate this situation.

The Outcome Budget, the first two months of 2012, although a positive R \$ 443.78 million, decreased by 54.6% over the same period last year. The main responsible for this situation was heading Investments, whose growth was 130.6% in the period.

The Primary Results totaled U.S. \$ 862.46 million (-39%), strongly influenced by the deficit in the period RIOPREVIDÊNCIA (-R \$ 1.077 billion).

The Annual Budget Law of 2012 fixed expenses from \$ 64.03 billion, an increase of 14% over the forecast spending last year. The budget is distributed by expenditure groups as follows: R\$ 35.65 billion for Other Current Expenses (55.7% of total), R\$ 16.82 billion for Personnel and Social Charges (26,23%), R Investments for \$ 6.73 billion (10.52%) and R \$ 4.82 billion for Debt Service and Financial Investments (7.53%).

In the first two months have been incorporated into the budget through additional funds from U.S. \$ 1.09 billion of Loans and New Covenants, totaling R \$ 65.12 billion budget today. Of this amount were paid U.S. \$ 9.03 billion, of which 89.1% with payment of staff and running costs. The implementation of the investment is still at a slow pace, expected behavior for early exercise. The Treasury funds financed 76% of the total, R\$ 4.95 billion with funds from taxes.

The costs linked to indices also showed shy Constitutional implementation and therefore the calculated partial percentage did not reach the minimum required by law, however, the performance indices is established annually so that our analysis indicates only the bimonthly pace of implementation and evolution these expenditures.

Finally, we analyzed the Box direct investments in the cities of Rio de Janeiro State. Prominence was given to programs: Adding Strongs, aims to develop urban municipalities of Rio de Janeiro; the project Expansion and Improvement of Housing and also the Rural River project, concerning the role agriculture, which was considerable emphasis on both in budget execution and improving the quality of life in the field.

With respect to state financial administration, it was found that the method of release Quota for issuing Schedules Financial Disbursement is progressively reaching the primary objective: financial planning by the organs, consistent with the Treasury's cash flow.

Earlier this year, the State Secretary of Finance of Rio de Janeiro - SEFAZ / RJ issued Resolution No. 481 of February 14, 2012, releasing U.S. \$ 11.35 billion, R \$ 6.14 billion for the Treasury source of funds and U.S. \$ 5.21 for the other source of funds.

Regarding the budget execution in 2012, the Governing Bodies regularly maintained for 2011. The costs involved, which were settled on January and February of 2011 reached 28.8% against 32.5% in 2012, the next step, which deals with the issue of the disbursement programs in 2011 were converted 72.6% of expenses paid in DPs against 71.5% in 2012, and in later statements, which is the payment in 2011, 71.8% of Schedules issued were paid against 80.6% in 2012.

In the first two months of 2012, the average payment was found six days after issuance of the Disbursement Schedule for non-priority areas, and 9 days for the priority areas (Education, Health and Safety), this fact occurred due to the large volume of disbursement programs issued by the Education area, between 15 and 17 February, which could only be paid on February 27, it fulfilled the law¹⁰.

The average payment period was lower than that in the same period in 2011 (9 days for priority area), in other words, the speed of the payment schedules of disbursements submitted to the State Treasury continues to increase.

The funds in which the State Treasury apply public resources, maintained good performance in 1th bimester of 2012, had an average return of over 99% of CDI. In addition, these funds have an administrative fee of 0.1% and 0.1% per year, far below the prevailing market.

The State Treasury has paid for about R\$ 35.60 million in expenses incurred in the first two months of 2012, with essential public services provided to organs of direct and indirect administration of the State of Rio de Janeiro.

The SIPC recorded the amount of R\$ 47,59 million representing the total billing of essential services. This importance was paid R\$ 24,09, being 51%. The difficulty of some organs in relation to the transfer of quota plus financial procedures to meet legal requirements in implementing accounting, which went into effect in 2012, contributed to the low percentage of payment.

¹⁰ Article 13 of Decree 43427 of January 17, 2012 - "The State Department of Finance - SEFAZ will pay only the cost of funding and investments in 07 days (seven), fifteen (15) and 25 (twenty five) of each month or the first working day after ...".

As stated in the payment schedule of the Program Payment / Installment Payable Processed Remains - RPP's, dates of payment are set out in May and November. Therefore, no payments in the first bimester of 2012.

In the 1th bimester of 2012 were applied by the State Treasury about \$ 8,62 million for payment of installment agreements of writ, signed by the State Attorney General. It should be noted that these agreements were concluded by the State Attorney General before the enactment of Amendment No. 62, on December 9, 2009. In January and February of this year were paid 195 requests for small sums, amounting to R\$ 1.30 million.

The State Treasury has disbursed R\$ 720.72 million in debt service in the 1th bimester of 2012. 12.4% higher than the amount paid in the same period last year. This variation was due to new subdivisions with the IRS, registered in debt at the end of fiscal 2011.

Of the total paid on the 1st bimester of 2012, R\$ 642.75 million were related to debt intralimite, higher than that due by the application of the Price Table, thus resulting in depreciation of waste from \$ 27.92 million.

In the first two months of 2012, the stock of financial debt totaled R\$ 62.50 billion, 6.9% higher than the same period last year. This variation is explained mainly by the readjustment of the stock of domestic debt, adjusted by the IGP-DI, the variation of the contracts in U.S. dollars of foreign debt and the inflow of R\$ 360 million contract signed with the World Bank, for the Program Metropolitan Housing and Urban Development Sustainable. The external debt stock, which represents 4.6% of total debt, ended the 1st bimester of 2012 with a balance of 2.85 billion.

The outstanding balance of debt Indirect Administration added the amount of R\$ 58.58 million, representing a decrease of 71.6% compared to the balance recorded in fiscal 2011.

The indicator of solvency (the ratio Debt / Net Real - DF / RLR) agreed between the Union and the State of Rio, was down 2.2%, from 2.03 to 1.99. Despite the rise in the stock of government debt, this improvement occurred because of increased net revenue by 9.3% Real. So for another year the State of Rio de Janeiro fulfill the goal n. 1 of the fiscal adjustment program initiated in 1999 and was still below the set target.

They were released R\$ 72.23 million of income from credit operations, in January and February 2012. The State of Rio de Janeiro ended 1st two months of 2012, with 634 and 425 Expenditure Covenants Covenants Revenue regulations.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹¹ de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

No primeiro bimestre de 2012, a **Receita Total** realizada não superou a meta, alcançando 88,1% do total estipulado para o período. O resultado das Receitas Correntes ficou bem perto da meta bimestral, enquanto as Receitas de Capital ficaram muito abaixo, sendo realizados apenas 25,9% do valor estipulado.

Entre as Receitas Correntes, as que mais se destacaram foram as Receitas Tributárias e as Receitas Patrimoniais. A primeira não superou a meta, alcançando 92,5% do total estipulado para o bimestre (R\$ 477,12 milhões abaixo do esperado). Quanto às Receitas Patrimoniais, estas alcançaram a meta bimestral e ainda apresentaram uma folga de 3,6% do total esperado. Isso se deve ao desempenho das receitas de *Royalties* e *Participação Especial*.

Já as Outras Receitas Correntes foram as que apresentaram pior desempenho relativamente à previsão inicial: com um realizado de R\$ 206,54 milhões no bimestre, atingiram apenas 40,5% da meta.

A Receita Tributária, por sua vez, ficou bem próxima da meta estipulada em termos percentuais. Dentro desta rubrica, as receitas que tiveram aumento, em relação a 2011, foram as provenientes de ICMS e de ITD e ITBI, que cresceram 2,3% e 42,2% respectivamente em relação ao mesmo bimestre do ano anterior.

A Receita de Transferências Correntes alcançou 89,4% da meta no bimestre. Essa pequena frustração da meta bimestral se deve, sobretudo, ao fato de que as

Tabela 1
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECETA 2012

(art 13º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (JAN-FEV) 2012	RECETA REALIZADA (JAN-FEV) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
REC. CORRENTES	10.065,05	9.224,47	91,6%
TRIBUT.	6.331,96	5.854,84	92,5%
CONTRIB.	185,38	187,15	101,0%
PATRIM.	1.937,61	2.006,81	103,6%
AGROPEC.	0,02	0,03	153,2%
INDUST.	0,02	0,06	264,3%
SERV.	46,72	27,92	59,8%
TRANSF. CORR.	1.053,28	941,12	89,4%
OUTRAS	510,05	206,54	40,5%
REC. CAPITAL	579,66	150,00	25,9%
OPER. CRÉDITO	292,18	72,23	24,7%
ALIEN. BENS	14,56	4,13	28,4%
AMORT. EMPRÉST.	40,71	36,20	88,9%
TRANSF. CAP.	225,67	37,44	16,6%
OUTRAS	6,55	0,00	-100,0%
Total	10.644,71	9.374,47	88,1%

¹¹ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

Transferências do IPI e do SUS foram menores que o esperado.

As Receitas de Capital atingiram apenas 25,9% da meta estipulada, ficando abaixo desta em 429,66 milhões. Isso se deve ao resultado das Operações de Crédito, que não atingiram a meta estabelecida, e das Transferências de Capital, que também ficaram aquém do esperado (R\$ 188,23 milhões). A Receita de Operações de Crédito alcançou apenas 24,7% do total estimado, ficando abaixo da meta no bimestre em R\$ 219,94 milhões. Este resultado deve-se ao atraso na contratação de algumas Operações de Crédito de maior valor. Assim, houve uma frustração da meta estabelecida para o bimestre nas Receitas de Capital, cujo desempenho é explicado na seção III. 2.

Para o primeiro bimestre de 2012, a meta da **Despesa Total** prevista no Cronograma de Desembolso publicado pela Resolução SEFAZ nº 478 de 27 de Janeiro foi de R\$ 8,54 bilhões. Deste valor, 63% referente às Outras Despesas Correntes e 28% às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

A despesa total realizada no período superou as metas de execução estabelecidas, fechando o bimestre em R\$ 9,45 bilhões. O pagamento dos Restos a Pagar de 2011 neste exercício equivale a 16% do total realizado, acarretando a superação do total realizado em relação ao estabelecido.

Quanto aos investimentos, o alto percentual realizado foi distorcido pelo grande montante de RP 2011 já pago no período.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)
ESTADO DO RIO DE JAN-FEV 2012

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2012**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-FEV***	RP 2011 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-FEV 2012	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	2.383	1.646	398	2.044	85,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.384	5.419	689	6.109	113,5%
INVEST /INVERSÕES	55	194	385	579	1060,3%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	722	720		720	99,8%
TOTAL	8.543	7.979	1.473	9.452	110,6%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

***Fonte: SIG em 03/04/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

II. Resultados Fiscais¹²

II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário no primeiro bimestre de 2012 foi positivo em R\$ 443,78 milhões. Porém, relativamente ao mesmo bimestre do ano anterior, apresentou uma queda de 54,6%. Embora tenha havido aumento de 5,2% na Receita Total, houve crescimento em maior proporção na Despesa Total (+12,3%).

- **Receita Total:** Atingiu a quantia de R\$ 9.770,89 milhões no bimestre. Esse valor, como dito anteriormente, é 5,2% maior do que o registrado no ano anterior (+R\$ 486,26 milhões). Destaque para o crescimento das Receitas Correntes (+6,1%; +R\$ 526,68 milhões), especialmente em relação à Receita Patrimonial, que cresceu 27,5% (+R\$ 432,97 milhões) e compensou a queda de 4,2% (-R\$ 40,77 milhões) na Receita de Transferências e de 55,4% na Receita de Capital (-R\$ 186,06 milhões), cuja queda é explicada no item III. 2.

- **Despesa Total:** cresceu 12,3% (+R\$ 1.018,95) no bimestre, em relação ao mesmo período de 2011, alcançando o patamar de R\$ 9.327,11 milhões. A rubrica Pessoal e Encargos Sociais foi a que mais cresceu (+13,3%; +R\$ 444,44 milhões), seguida de Demais Correntes (+7,9%; +R\$ 313,62 milhões).

Em relação às Despesas de Capital, estas apresentaram crescimento expressivo de 63,4% (+R\$ 224,25 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando o montante de R\$ 577,77 milhões no 1º bimestre de 2012. A conta Investimentos foi a principal responsável pelo aumento, somando R\$ 145,97 milhões, com destaque para Demais Investimentos (+R\$ 124,87 milhões). O aumento desta rubrica foi destinado principalmente a Despesas de Exercícios Anteriores – Fundo do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do RJ (R\$ 13,92 milhões).

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
I. RECEITA TOTAL (A)	9.284,64	9.770,89	5,2%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.697,80	9.224,47	6,1%
I.1.1 Tributária	5.750,71	5.854,84	1,8%
I.1.2 Patrimonial	1.573,84	2.006,81	27,5%
I.1.3 Transferências	981,89	941,12	-4,2%
I.1.4 Demais Correntes	391,36	421,70	7,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	336,06	150,00	-55,4%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	250,78	396,42	58,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	8.308,15	9.327,11	12,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.686,25	8.451,06	10,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.330,46	3.774,90	13,3%
II.1.2 Demais Correntes	3.955,92	4.269,54	7,9%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,87	406,62	1,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	353,52	577,77	63,4%
II.2.1 Invest.	111,73	257,70	130,6%
II.2.1.1 Obras e Instalações	51,13	72,16	41,1%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	0,07	0,14	99,4%
II.2.1.3 Demais Investimentos	60,53	185,40	206,3%
II.2.2 Inv. Financ.	1,12	6,37	469,9%
II.2.3 Amort. Dívida	240,67	313,70	30,3%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	268,39	298,29	11,1%
RES. ORÇAM. (A-B)	976,48	443,78	-54,6%

O Resultado Orçamentário foi positivo em R\$ 443,78 milhões, decorrente do aumento da folha salarial em 13,3% e nas despesas correntes em 7,9%.

¹² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em Janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

A Amortização da Dívida apresentou crescimento de 30,3% (+R\$ 73,03 milhões), totalizando R\$ 313,70 milhões.

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do bimestre foi R\$ 1.099,26 milhões, 29,6% inferior ao observado no mesmo período de 2011. Apesar do aumento das receitas em R\$ 402,70 milhões (+4,8%), as despesas cresceram R\$ 865,62 milhões (+12,7%), causando tal impacto.

No mesmo período, o Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou déficit de R\$ 655,48 milhões. Comparativamente ao mesmo bimestre de 2011, o resultado em 2012 foi 11,9% inferior. Embora a receita do RIOPREVIDÊNCIA tenha aumentado 9,4% (+R\$ 83,56 milhões), devido às receitas decorrentes da atividade do Petróleo, que cresceram 32,30% até fevereiro de 2012, sua despesa aumentou 10,4% (+R\$ 153,34 milhões), ocasionando resultado orçamentário negativo.

Os Certificados Financeiros do Tesouro apresentaram queda de 13,04% (-R\$ 19,49 milhões) no bimestre (vide item III 1.2).

II.3 Resultado Primário¹³

O Resultado Primário incluído o RIOPREVIDÊNCIA, no primeiro bimestre de 2012, foi de R\$ 852,45 milhões. Ainda que positivo, apresentou redução de 39,0% frente ao mesmo bimestre de 2011. A piora desse indicador é fruto do crescimento da Receita Primária (+4,1%) em medida inferior à Despesa Primária (+12,3%).

Desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Primário atingiu o montante de R\$ 1.929,70 milhões, representando uma queda de R\$ 444,22 milhões (-18,7%).

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
	Em milhões		
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	8.392,23	8.794,93	4,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.187,65	8.653,15	5,7%
I.1.1 Tributária	5.750,71	5.854,84	1,8%
I.1.2 Patrimonial	1.235,36	1.621,06	31,2%
I.1.3 Transferências	981,89	941,12	-4,2%
I.1.4 Demais Correntes	219,68	236,13	7,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	192,44	109,67	-43,0%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	12,14	32,11	164,4%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.830,05	7.695,67	12,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.208,77	6.820,22	9,8%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.225,51	2.527,86	13,6%
II.1.2 Demais Correntes	3.583,39	3.885,74	8,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,87	406,62	1,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	353,51	577,77	63,4%
II.2.1 Invest.	111,73	257,70	130,7%
II.2.1.1 Obras e Instalações	51,13	72,16	41,1%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	0,07	0,14	99,41%
II.2.1.3 Demais Investimentos	60,52	185,40	206,3%
II.2.2 Inv. Financ.	1,12	6,37	469,9%
II.2.3 Amort. Dívida	240,67	313,70	30,3%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	267,77	297,68	11,2%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.562,18	1.099,26	-29,6%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	892,41	975,97	9,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.478,11	1.631,44	10,4%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-585,70	-655,48	-11,9%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	976,48	443,78	-54,6%

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
	Em milhões		
RECEITAS TOTAL	9.284,64	9.770,89	5,2%
RECEITAS FINANCEIRAS	237,36	214,52	-9,6%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250,78	396,42	58,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.796,49	9.159,96	4,1%
DESPESAS TOTAL	8.308,15	9.327,11	12,3%
DESPESAS FINANCEIRAS	640,56	721,32	12,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	268,39	298,29	11,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.399,21	8.307,51	12,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.397,28	852,45	-39,0%

¹³ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Considerando o mesmo intervalo temporal, o **Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA** apresentou déficit de R\$ 1.077,25 milhões, o que representa uma piora de R\$ 100,61 milhões relativamente ao ano anterior.

Convém também analisar o Resultado Primário sem levar em conta as receitas e despesas intraorçamentárias. De acordo com as disposições da LRF, o Resultado Primário é calculado desconsiderando-se os valores dessas rubricas. Quando se leva em conta todo o Estado, a receita intraorçamentária é mais baixa que a despesa. Neste caso, gera-se um Resultado Primário mais baixo do que realmente ocorreu. Assim, o Resultado Primário, sem receitas e despesas intraorçamentárias, e sem o RIOPREVIDÊNCIA, foi positivo em R\$ 1.664,13 milhões no mesmo período.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

Em milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
RECEITAS TOTAL	8.392,23	8.794,93	4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	84,44	156,45	85,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12,14	32,11	164,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	8.295,65	8.606,37	3,7%
DESPESAS TOTAL	6.830,05	7.695,67	12,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	640,56	721,32	12,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	267,77	297,68	11,2%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.921,72	6.676,67	12,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	2.373,92	1.929,70	-18,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-976,64	-1.077,25	-10,3%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
RECEITAS TOTAL	8.392,23	8.794,93	4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	84,44	156,45	85,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	8.307,79	8.638,48	4,0%
DESPESAS TOTAL	6.830,05	7.695,67	12,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	640,56	721,32	12,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.189,49	6.974,35	12,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	2.118,30	1.664,13	-21,4%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-738,62	-713,55	3,4%

O Resultado Primário, sem receitas e despesas intraorçamentárias, e sem o RIOPREVIDÊNCIA, foi positivo em R\$ 1.664,13 milhões no mesmo período.

III. Receita Estadual ¹⁴

As Receitas estaduais totalizaram, no primeiro bimestre de 2012, R\$ 9.374,47 milhões – acréscimo de R\$ 340,62 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2011 (+3,8%).

O resultado é reflexo do incremento da Receita Corrente (+R\$ 526,68 milhões), com destaque para a Receita Patrimonial, que, sozinha, foi responsável pelo aumento de R\$ 432,97 milhões, absorvendo a queda das Receitas de Capital (-R\$ 186,05 milhões), das Receitas de Serviços (-R\$ 13,79 milhões) e das Transferências Correntes (-R\$ 40,77 milhões).

Também apresentaram crescimento significativo no bimestre as Receitas Tributária, de Contribuições e Outras Receitas Correntes, como discriminado a seguir, na seção III.1.

III.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram aumento de 6,1% (+R\$ 526,68 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, totalizando, assim, R\$ 9.224,47 milhões.

Como já mencionado, as Receitas Patrimonial, Tributária, Outras Receitas Correntes e de Contribuições, foram responsáveis por essa variação.

A Receita Patrimonial foi a grande responsável pelo aumento nas Receitas Correntes no bimestre. Aquela apresentou aumento expressivo de 27,5% (+R\$ 432,97 milhões), com destaque para Participação Especial e *Royalties*, que juntos cresceram R\$ 429,24 milhões no bimestre.

A Receita Tributária apresentou incremento de 1,8% no bimestre (+R\$ 104,13 milhões), desempenho alavancado principalmente pelo ICMS, que variou positivamente R\$ 94,7 milhões.

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.750,71	5.854,84	1,8%
CONTRIBUIÇÕES	164,08	187,15	14,1%
PATRIMONIAL	1.573,84	2.006,81	27,5%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,03	80,0%
INDUSTRIAL	0,05	0,06	34,7%
DE SERVIÇOS	41,71	27,92	-33,1%
TRANSF. CORR.	981,89	941,12	-4,2%
OUTRAS CORR.	185,51	206,54	11,3%
REC. CORR.	8.697,80	9.224,47	6,1%
REC. CAPITAL	336,06	150,00	-55,4%
Total	9.033,85	9.374,47	3,8%

No primeiro bimestre de 2012, a Receita Patrimonial cresceu R\$ 432,97 milhões. Destacam-se as receitas de Participação Especial e Royalties, que juntas variaram positivamente R\$ 429,24 milhões.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

Outras Receitas Correntes cresceram 11,3% (+R\$ 21,04 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, alcançando R\$ 206,54 milhões. Fazem parte dessa rubrica as Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Dívida Ativa e Receitas Diversas. Suas variações estão discriminadas no item III.1.4 Demais Receitas Correntes.

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no primeiro bimestre de 2012 teve crescimento de 1,8% (+R\$ 104,13 milhões) em comparação ao mesmo período de 2011. Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, à arrecadação de ICMS e de ITD e ITBI, comentadas a seguir.

– **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** A receita de ICMS teve incremento de R\$ 94,66 milhões, um aumento em percentual de 2,3% no bimestre. Embora tenha havido mudança na regra de negócios, que postergou a data de repasse ao Estado, equivalendo a uma perda de 3 dias de receita no montante da arrecadação. É importante destacar a ocorrência de erro código, relativo a alguns contribuintes, de forma que uma parcela da receita de ICMS foi computada com o código de receita de FECP, causando uma distorção a menor do total arrecadado no bimestre. Se forem considerados os acertos de FECP a arrecadação teria crescido 3,5% e não 2,3% como apresentado na tabela. Somando a receita total de ICMS, aproximadamente um valor de 46 milhões.

– **Imposto de Renda (IRRF):** Houve uma queda de 7,8% (-R\$ 13,10 milhões) no bimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, por conta do atraso no repasse de alguns órgãos. A tendência é regularizar este ingresso ao longo do ano.

– **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** No primeiro bimestre de 2012, esta receita alcançou o total de R\$ 687,16 milhões, o que representa uma queda de 4,1% (-R\$ 29,02 milhões). A mudança de calendário de pagamentos do IPVA, tendo

Tabela 9

RECETA TRIBUTÁRIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
RECETA TRIBUTÁRIA	5.750,71	5.854,84	1,8%
ICMS	4.067,53	4.162,19	2,3%
Adicional do ICMS	428,07	443,95	3,7%
IRRF	167,14	154,04	-7,8%
IPVA	716,17	687,16	-4,1%
ITD e ITBI	50,74	72,17	42,2%
Taxas	321,06	335,34	4,4%

impacto nesta receita no 1º bimestre de 2012. Neste ano o fluxo de pagamento ficou concentrado nos meses de fevereiro e março, de forma que a comparação do IPVA arrecadado no 1º bimestre de 2012 e com o mesmo período do ano anterior fica prejudicada.

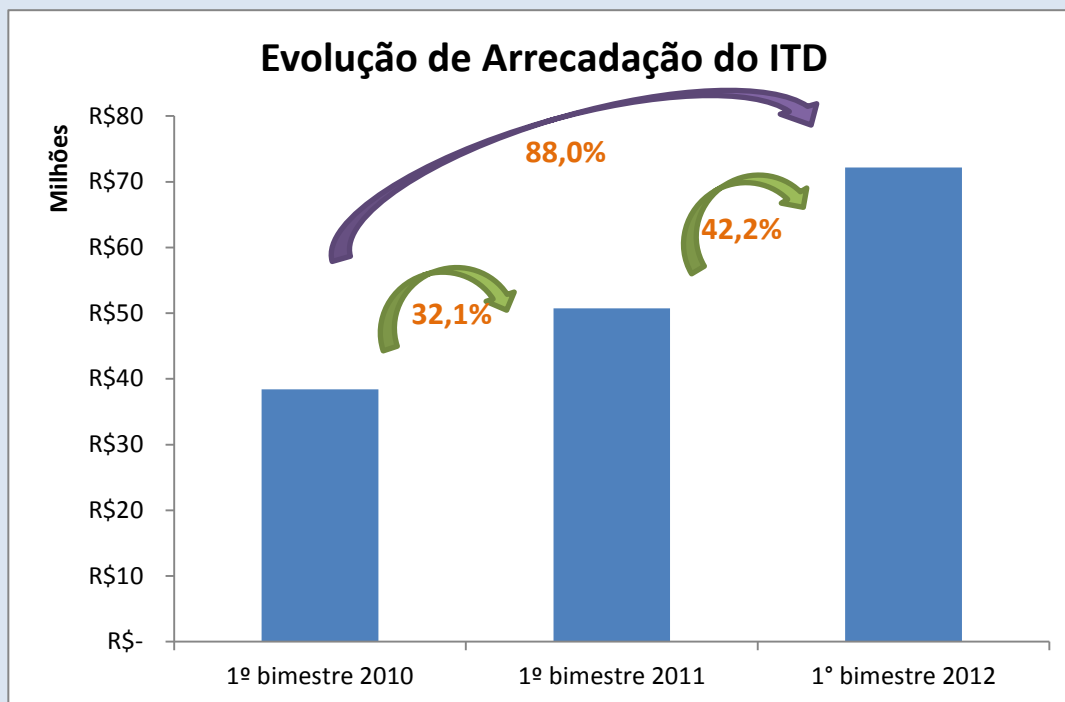
– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):** A receita de ITD no bimestre foi de R\$ 75,17 milhões, o que representa um aumento de R\$ 21,43 milhões (+42,2%) em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento da arrecadação deste tributo é explicado pelo investimento em sistemas e funcionários com o fim de aumentar a eficiência na arrecadação do ITD e pela supervalorização dos imóveis na Cidade do Rio de Janeiro do último ano. Estas e outras justificativas são detalhadamente explicitadas no BOX 01.

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no bimestre 4,4% em relação a 2011, o que equivale a um acréscimo de R\$ 14,27 milhões. As taxas de prestação de serviços são as que mais contribuem para aumento da receita no estado.

BOX 01 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ITD.

A arrecadação do ITD cresceu substancialmente no 1º bimestre de 2012 em comparação ao mesmo bimestre de 2011. Dentre as medidas que contribuíram para esse crescimento destacam-se: a aplicação da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE 03/2007 a partir de julho de 2011 (que será tratada a seguir); o aumento do valor de mercado dos imóveis do Município de Rio de Janeiro, impactando significativamente na base de cálculo do ITD; o aumento no número de ações fiscais, diminuindo a sonegação; e o melhoramento das instalações da Inspeção de ITD, facilitando o acesso do contribuinte e melhorando as condições de trabalho de seus agentes.

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, a receita proveniente do ITD no 1º bimestre de 2012 cresceu 42,2% (+R\$ 21,42 milhões) em relação ao 1º bimestre de 2011, tendo alcançado R\$ 72,17 milhões em 2012 e R\$ 50,74 milhões em 2011. Vê-se ainda, comparando-se o 1º bimestre de 2012 com o 1º bimestre de 2010, no qual foram arrecadados R\$ 38,39 milhões, um crescimento de 88,0%.



A aplicação da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE 03/2007 mostrou-se de grande valia. Inventários *causa mortis* e de separação conjugal extrajudicial passaram a dar entrada primeiro na SEFAZ, para depois serem encaminhados à PGE. Dessa forma, a SEFAZ, antes de enviá-los à PGE, verifica as guias de controle de ITD pagas e o cálculo do imposto devido pelo excesso na partilha. Isso acarretou um grande aumento no número de procedimentos, e, conseqüentemente, aumentou a percepção de risco do contribuinte.

Outro fator considerável foi a alta dos preços dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com notícia publicada no site da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (ABADI) em 27/03/12, o

preço médio do metro quadrado da cidade subiu 15,8% em 2011. Esta alta influi diretamente na arrecadação do ITD, já que o imposto tem como base de cálculo o valor corrente de mercado do imóvel.

É importante relacionar também a ocorrência de concursos públicos anuais com o incremento da arrecadação estadual. Desde 2007, foram nomeados 398 auditores fiscais, 123 oficiais de fazenda e 20 analistas de controle interno, totalizando 541 novos servidores na Secretaria de Fazenda. Esse número ajuda a fortalecer a Secretaria no exercício de suas funções internas e de fiscalização.

No quadro a seguir, verifica-se um crescimento anual na arrecadação do ITD desde 2007, com exceção de 2011. Isto porque em 2010 ocorreu o REFIS estadual, juntamente com o convite de regularização de contribuintes através do envio de cartas a 15 mil contribuintes, o que refletiu em aumento da arrecadação da ordem de R\$ 109 milhões em abril do mesmo ano. Desconsiderando a receita proveniente de REFIS no ITD, teríamos em 2010 uma receita de R\$ 354,84 milhões, e um crescimento de 17,86% de 2009 para 2010.

em R\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Arrecadação do ITD	209,68	248,87	290,45	464,27	418,20
Crescimento anual		18,7%	16,7%	59,8%	-9,9%
Receita Tributária	20.184	22.921	24.885	29.087	32.556
Part. na Rec. Tributária	1,04%	1,09%	1,17%	1,60%	1,28%
Crescim. anual da Participação		4,52%	7,50%	36,75%	-19,52%

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal - SEFAZ

Verifica-se também um aumento no número de guias pagas do ITD desde 2007. Da mesma forma que ocorreu com a receita do imposto, com o advento do REFIS, 2010 teve um número inflado de guias. Entretanto percebe-se em 2011 que a quantidade de guias continua crescendo, sendo 13,6% maior do que em 2009.

Guias Pagas por Ano

Ano	Quantidade de Guias	Arrecadação	Arrecadação Média por Guia
2007	44.147	209.675.023	4.749
2008	86.593	248.871.022	2.874
2009	85.127	290.447.855	3.412
2010	105.360	464.271.386	4.407
2011	96.728	418.195.529	4.323

Fonte: Superintendência de Arrecadação, Cadastro e Informações Econômico Fiscais - SEFAZ

A participação do ITD na Receita Tributária vem aumentando nos últimos anos. Desta forma, fica evidenciada uma importância cada vez maior do imposto para o Estado do Rio de Janeiro. Por esta razão, o Estado tem se esforçado em todas as frentes para elevar sua arrecadação.

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente: Petróleo, Metalurgia e Siderurgia. Já Energia Elétrica teve uma inclinação negativa na arrecadação. A seguir, é apresentada uma análise dos setores econômicos mencionados acima.

– Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:

Este setor é o de grande destaque na arrecadação do Estado. A arrecadação do ERJ no setor petrolífero correspondeu a 17,0% da receita total do ICMS no bimestre. Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 49,2% (+R\$ 233,71 milhões). O refino de petróleo e as atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural são os impulsionadores desta alta, tendo grande expressividade.

– Metalurgia e Siderurgia:

O crescimento considerável da arrecadação desse setor coloca em foco os novos rumos na economia do ERJ. O aumento em relação ao mesmo bimestre do ano anterior foi de 31,7% (+R\$ 48,17 milhões), alavancado principalmente pela produção de laminados plano de aço ou carbono.

– Energia Elétrica:

A queda de 25,9% (-R\$ 160,13 milhões) é explicada por problemas de identificação de contribuinte, de forma que a receita que era de energia elétrica foi atribuída a outros setores. Houve também, como já mencionado, problemas na separação da receita de FECF incidente sobre o setor de energia elétrica. Ocorreu erro de estimativa que alavancaria a arrecadação da receita de ICMS do setor em aproximadamente R\$ 136 milhões. Atualmente, o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica. Este índice se encontra em queda e explica bem o fato da receita do 1º bimestre de 2011 ser um pouco maior que a do mesmo período de 2012.

Tabela 10
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2011/2012**

Em milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		part % 2012	var%12/11
	2011	2012		
Petróleo, combustíveis e gás natural	474,97	708,69	17,0%	49,2%
Metalurgia e siderurgia	151,88	200,05	4,8%	31,7%
Comunicação e informação	61,19	71,90	1,7%	17,5%
Informática e óptico	24,81	28,37	0,7%	14,4%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	142,05	158,34	3,8%	11,5%
Borracha e plástico	28,76	31,65	0,8%	10,1%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	107,28	112,36	2,7%	4,7%
Outras atividades econômicas	56,47	59,02	1,4%	4,5%
Bebidas	237,12	247,49	5,9%	4,4%
Editorial, gráfica e publicidade	18,92	19,26	0,5%	1,8%
Telecomunicações	635,57	646,03	15,5%	1,6%
Médico-hospitalar e odontologia	28,73	28,95	0,7%	0,8%
Mercados, lojas e magazines	288,35	287,68	6,9%	-0,2%
Máquinas e equipamentos em geral	42,70	42,01	1,0%	-1,6%
Construção civil	131,09	127,79	3,1%	-2,5%
Veículos automotores	176,37	169,94	4,1%	-3,6%
Eletroeletrônicos	79,83	76,48	1,8%	-4,2%
Transportes gerais e armazenagem	78,27	73,89	1,8%	-5,6%
Móveis e utensílios	43,63	40,81	1,0%	-6,5%
Química e petroquímica	121,35	111,26	2,7%	-8,3%
Têxtil e vestuário	215,80	196,87	4,7%	-8,8%
Alimentação	178,71	160,70	3,9%	-10,1%
Madeira, papel e fumo	124,33	103,39	2,5%	-16,8%
Energia elétrica	619,36	459,23	11,0%	-25,9%
Total das atividades econômicas	4.067,53	4.162,19	100,0%	2,3%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

III.1.2 Receita Patrimonial e *Royalties*

A Receita Patrimonial arrecadada no primeiro bimestre de 2012 atingiu a marca de R\$ 2.006,81 milhões, o que implica crescimento de 27,5% (+R\$ 432,97 milhões) em comparação com o mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas provenientes do Petróleo. No período, os *Royalties* aumentaram 30,9%, e as receitas de Participação Especial, 32,7%.

Quanto aos CFT's, tal receita apresentou queda de 13,0% no bimestre, totalizando perda de R\$ 19,49 milhões, em função das entradas irregulares ao longo do ano devido à antecipação do cronograma de recebimento.

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo tiveram aumento de R\$ 429,97 milhões (+32,2%) no bimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, como consequência do aumento dos *Royalties* e de Participação Especial (PE). Esse aumento tem como base a alta do Brent ocorrida em 2011.

– **CFT:** Houve uma queda no bimestre de 13%, devido à antecipação do cronograma de recebimentos. O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente e encerrado em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011 e programando-se seu fim para 2012. Portanto, a receita de 2011 tende a ser maior em todos os bimestres se comparada com o mesmo período de 2012.

- **Receitas Financeiras:** Registraram aumento de 30,4% (+R\$ 23,79 milhões) no bimestre.

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado de Transferências teve queda de 4,2% (-R\$ 40,77 milhões) no 1º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011. As receitas que tiveram desempenho mais determinante para

Tabela 11

RECETA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
	RECETA PATRIMONIAL	1.573,84	
Petróleo	1.331,84	1.761,26	32,2%
<i>Royalties</i>	369,15	483,27	30,9%
Part. Especial	962,23	1.277,36	32,7%
FEP	0,46	0,63	38,5%
CFT's	149,53	130,03	-13,0%
Aplic. Financeiras	78,16	101,95	30,4%
Demais Rec. Patrimoniais	14,31	13,56	-5,2%

*A Receita Patrimonial cresceu 27,5% no bimestre, sobretudo pelo aumento dos *Royalties* e PE. Vale ressaltar que, no decorrer do ano passado, o barril tipo Brent e o câmbio tiveram um aumento expressivo.*

Tabela 12

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	Produção (milhões de bbl)	101,42		97,21	-4,1%	
Brent (US\$/bbl)	88,36	109,32	23,7%	79,50	111,26	39,95%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,70	1,81	6,4%	1,76	1,67	-4,85%

esse decréscimo foram o IPI-EXP e o SUS, com queda, respectivamente, de 27,0% (-R\$ 37,01 milhões) e 19,8% (-R\$ 22,29 milhões).

III.1.3.1. Transferências da União

As Transferências da União, no 1º bimestre de 2012, representam 52,6% do total das Receitas de Transferências. A queda no referido grupo foi de 7,4% (-R\$ 39,63 milhões) em relação ao mesmo período de 2011. No bimestre, os repasses de FPE, IPI-EXP e SUS foram as principais transferências feitas pela União, representando 75,3% do total.

– **FPE:** Com crescimento de 5,9% (+R\$ 10,13 milhões), essa receita alcançou R\$ 183,26 milhões de reais no bimestre. Isto é decorrência da continuidade da tendência de crescimento da arrecadação da União, que registrou, no 1º bimestre de 2012, crescimento de 11,6% (+R\$ 5.231,22 milhões) na arrecadação líquida¹⁵ de IR, comparativamente ao mesmo período de 2011.

– **IPI-EXP:** Apresentou decréscimo de 27,0% (-R\$ 37,01 milhões). Essa queda se deve à arrecadação líquida de IPI da União, que sofreu um desconto grande a título de restituições¹⁶ (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012. A arrecadação líquida de IPI da União teve, no 1º bimestre de 2012, uma queda de 27,8% (-R\$ 2.146,73 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior, impactando no valor repassado aos Estados.

– **SUS:** As receitas de Transferências de Convênios para o SUS alcançaram o valor de R\$ 90,02 no bimestre, apresentando uma queda de 19,8% (-R\$ 22,29 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Isso se

Tabela 13

**RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	981,89	941,12	-4,2%
Transf da União	534,81	495,18	-7,4%
FPE	173,13	183,26	5,9%
IPI exp	136,86	99,85	-27,0%
IOF	0,01	0,00	-58,9%
CIDE	24,33	22,73	0,0%
SUS	112,31	90,02	-19,8%
Salário Educação	72,45	83,23	14,9%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%
Outras Transf. da União	1,41	1,78	26,4%
FUNDEB	423,02	430,66	1,8%
Convênios	23,10	15,22	-34,1%
Outras Transf. Corr.	0,96	0,06	-93,6%

O IPI-EXP teve queda de 27,0% (-R\$ 37,01 milhões), por conta do alto volume de restituições, que diminuiu a arrecadação líquida de IPI da União.

¹⁵ Fonte: Boletim FPE/FPM/IPI Exportação, do Tesouro Nacional. Arrecadação líquida é igual à arrecadação bruta – incentivos – restituições.

¹⁶ Fonte: Boletim FPE/FPM/IPI Exportação, do Tesouro Nacional. Foi registrado em janeiro de 2012 um volume de compensações no IPI de R\$ 2.480,35 milhões, um crescimento de 4.810,6% em relação ao volume de restituições de dezembro de 2011, que foi de R\$ 50,51 milhões.

deve à habilitação de mais 5 municípios no sistema de Gestão Plena de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo de 2011, e de 2 municípios no 1º bimestre de 2012¹⁷. Desse modo, tais municípios passaram a receber os recursos do SUS diretamente, sem o intermédio do Estado, o que provocou uma queda na receita estadual de Transferências do SUS.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO**¹⁸: Com arrecadação de R\$ 83,23 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 14,9% (+R\$ 10,77 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

Além das Transferências da União, há também a receita de **Convênios**, que apresentou um decréscimo de 34,1% no 1º bimestre de 2012 (-R\$ 7,88 milhões), em comparação ao mesmo bimestre do ano anterior. Isso se deve à diminuição do aporte de recursos do PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 7,8% (+R\$ 30,34 milhões) no 1º bimestre em relação a 2011. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento das Receitas Diversas (+R\$ 33,36 milhões), das Receitas de Contribuições (+R\$ 23,06 milhões) e das Indenizações e Restituições (+R\$ 11,67 milhões), que fizeram frente ao comportamento negativo das Receitas de Serviços (-R\$

Tabela 14

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	391,36	421,70	7,8%
Receita de Contribuições	164,08	187,15	14,1%
Receita Agropecuária	0,01	0,03	80,0%
Receita Industrial	0,05	0,06	34,7%
Receita de Serviços	41,71	27,92	-33,1%
Multas e Juros de Mora	59,40	48,34	-18,6%
Indenizações e Restituições	16,85	28,52	69,3%
Dívida Ativa	30,84	17,89	-42,0%
Receitas Diversas	78,42	111,78	42,5%

¹⁷ Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios habilitados na Gestão Plena do SUS em 2011 foram: Sapucaia, Três Rios, Cordeiro, Quissamã e Silva Jardim. Em 2012, até o momento, foram habilitados mais 2 municípios: Macaé e Queimados.

¹⁸ Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios.

13,79 milhões), Multas e Juros de Mora (-R\$ 11,06 milhões) e Dívida Ativa (-R\$ 12,95 milhões).

– **Receitas Diversas:** Houve aumento de R\$ 33,36 milhões (+42,5%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, de modo que a arrecadação alcançou R\$ 111,78 milhões. A variação deve-se, sobretudo, ao desempenho da rubrica Demais Receitas, impulsionada, por sua vez, principalmente pelo aumento do valor recebido a título de recursos transferidos pela manutenção dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça no Banco do Brasil (+R\$ 19,70 milhões), além do aumento da venda de bilhetes de Loteria no valor de R\$ 9,28 milhões.

– **Receita de Contribuições:** Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, houve aumento de R\$ 23,06 milhões (+14,1%) na Receita de Contribuições, principalmente devido ao comportamento da Contribuição de Servidor Ativo Civil, que cresceu R\$ 15,02 milhões (+14,0%).

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram, no período, aumento de 69,3% (+R\$ 11,67 milhões) em relação ao 1º bimestre de 2011, atingindo o montante total de R\$ 28,52 milhões.

– **Receita de Serviços:** Comparativamente ao 1º bimestre de 2011, houve decréscimo de R\$ 13,79 milhões (-33,1%) nas Receitas de Serviços, que atingiram R\$ 27,92 milhões no 1º bimestre de 2012. Teve grande influência nesse resultado a queda nas Receitas de Serviços de Processamento de Dados (-R\$ 12,01 milhões).

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** As Multas e Juros de Mora caíram 18,6% (-R\$ 11,06 milhões) neste bimestre, em relação ao mesmo período de 2011. Tal variação negativa decorreu da queda das Multas e Juros de Mora dos Tributos (-30,0%; -R\$ 11,58 milhões). Já a receita de Dívida Ativa teve redução de 42,0% (-R\$ 12,95 milhões), resultado, em grande parte, da diminuição da Receita de Dívida Ativa do ICMS (-R\$ 8,59 milhões).

Principalmente por conta do aumento do valor recebido pela manutenção dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça no Banco do Brasil (+R\$ 19,70 milhões), as Receitas Diversas apresentaram aumento de 42,5% no bimestre (+R\$ 33,36 milhões).

III.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital tiveram uma expressiva queda de 55,4% (-R\$ 186,05 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, ainda que tenha havido aumento de 363,6% (+R\$ 56,65 milhões) das Operações de Crédito.

A receita de Alienação de Bens de 2011 teve um ótimo resultado devido ao pagamento da alienação do BERJ e à venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA, o que não se repetiu em 2012. Por este motivo, houve uma queda acentuada de 96,4% no bimestre, que representa uma perda de R\$ 111,25 milhões em relação ao ano passado.

As Transferências de Capital tiveram um decréscimo de 78,8% (-R\$ 139,42) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Houve declínio nas transferências do PAC, devido à diminuição no aporte de recursos, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

Tabela 15

**RECETA DE CAPITAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012**

Em Milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2011	2012	
RECETAS DE CAPITAL	336,06	150,00	-55,4%
Operações de Crédito	15,58	72,23	363,6%
Alienação de Bens	115,39	4,13	-96,4%
Amortiz. de Empréstimos	28,23	36,20	28,2%
Transf. de Capital	176,86	37,44	-78,8%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO.

O índice da produção da Indústria Geral Fluminense apresentou uma variação negativa (-7,5%) no primeiro bimestre de 2012, em relação ao bimestre anterior. Este efeito é composto por uma queda (-8,2%) da Indústria de Transformação, além da variação negativa (-4,4%) da Indústria Extrativa no ano. Observa-se que a variação negativa na Indústria de Transformação se deu em janeiro de 2012, em relação a dezembro de 2011 (-12,9%). Já a variação da Indústria Extrativa se deu em fevereiro de 2012, em relação ao mês anterior (-7,1%). Esse comportamento da Indústria era esperado, pois o nível de atividade diminuiu em janeiro, atingindo o '1º auge' do ano em março (+9,1%), em relação ao mês anterior.

As vendas no varejo tiveram uma grande queda (-32%) no primeiro bimestre de 2012, em relação ao bimestre anterior, movimento sazonal típico. Contudo, ao analisar o bimestre desconsiderando o componente sazonal, comparando-o a igual período do ano anterior, houve crescimento (+6,7%) nas vendas no varejo. Esse aumento no bimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, se deu majoritariamente pelo aumento da inflação no Estado (+7%, em média), uma vez que o volume de vendas no varejo comumente diminuiu no início do ano (variação mensal em janeiro igual a -30%).

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). Este indicador no Estado cresceu (+0,6%) primeiro bimestre de 2012, em relação ao bimestre anterior. Apesar do nível de emprego ter aumentado, o Rendimento Médio Real do Trabalho no mesmo período, a preços de março de 2012, diminuiu (-18%). Essa queda se deu pela variação de janeiro de 2012 em relação a dezembro de 2011, quando o rendimento dá um salto (+16,3%) em relação ao mês anterior, seguindo seu comportamento sazonal.

Quanto ao tipo de emprego no Rio de Janeiro primeiro bimestre de 2012, em relação ao bimestre anterior, a quantidade de empregados com carteira assinada praticamente não variou (+0,2%). Quanto aos empregos sem carteira assinada no Rio de Janeiro diminuiu (-5,8%) para o mesmo período. Combinando o baixo aumento dos empregos formais com a diminuição dos empregos informais e aumento da população economicamente ativa, a taxa de desocupação no Estado aumentou (+0,5%) no mesmo período.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		jan/12	fev/12	jan/12	fev/12
Produção na Indústria Geral (1)	BR	-5,3%	2,1%	-2,8%	-4,0%
	ERJ	-9,8%	2,6%	-9,2%	-9,0%
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	-10,0%	0,6%	-5,6%	3,9%
	ERJ	2,9%	-7,1%	0,7%	7,0%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	-5,0%	2,2%	-2,6%	-4,5%
	ERJ	-12,9%	5,4%	-11,7%	-12,3%
Vendas no Varejo (2)	BR	-25,6%	-5,5%	12,1%	13,2%
	ERJ	-29,5%	-3,5%	5,9%	7,5%
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,5%	0,5%	6,2%	5,9%
	ERJ	1,0%	1,0%	6,9%	7,2%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal		Variação em 12 meses	
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,2%	0,7%	1,4%	1,3%
	ERJ	0,4%	0,2%	2,6%	2,0%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	-19,5%	0,8%	4,1%	4,7%
	ERJ	-17,1%	-1,0%	-0,2%	0,2%
Empregado sem carteira (6)	BR	-2,8%	-1,7%	-6,8%	-6,0%
	ERJ	1,1%	-6,8%	0,7%	-2,0%
Empregado com carteira (7)	BR	-0,9%	1,2%	5,2%	4,6%
	ERJ	-0,5%	0,6%	2,3%	2,1%
DESEMPREGO		jan/12	fev/12	jan/11	fev/11
Taxa de Desocupação (8)	BR	5,5	5,7	6,1	6,4
	ERJ	5,6	5,7	5,1	4,9

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA - IBGE. (4) População economicamente ativa, PME - IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de março de 2012, PME - IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME - IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME - IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME - IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME e IPCA se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV. 1 Análise Geral da Execução da Despesa

A Lei Orçamentária Anual fixou as despesas do Estado do Rio de Janeiro em R\$ 64,03 bi, aproximadamente 14% maior (+R\$ 7,82 bi) do que o orçamento previsto em 2011.

No Poder Executivo foram incorporados neste primeiro bimestre R\$ 756 milhões de Operações de Crédito e mais R\$ 339 milhões de novos convênios, totalizando R\$ 59,88 bilhões, como verificado na Tabela ao lado.

Após as alterações orçamentárias ocorridas no primeiro bimestre o orçamento total chega a R\$ 65,12 milhões, 15,8% maior do que no 1º bimestre de 2011 (+ R\$ 8,91 milhões).

Seguindo caráter conservador neste começo de exercício, foram contingenciados R\$ 1,55 milhão equivalente a 2,42% do orçamento. A tendência é que esses recursos sejam liberados no decorrer do exercício, conforme as expectativas de crescimento da receita forem se confirmando.

Neste primeiro bimestre foram empenhados R\$ 12,22 milhões, 19,0% da dotação disponível. Em relação ao mesmo período do ano passado ocorreu um incremento de R\$ 1,04 milhão, compatível com a variação do orçamento disponível para o exercício.

A Tabela 16 apresenta os gastos segundo o Grupo de Despesa.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais equivalem a 23,8% do total liquidado e tiveram um crescimento de R\$ 252,7 milhões em relação ao ano passado, reflexo da antecipação, para fevereiro deste ano, das 11 parcelas do reajuste concedido aos bombeiros e policiais militares que seriam pagas ao longo de 2012.

As Outras Despesas Correntes representam 65,3% do total liquidado e apresentaram um pequeno crescimento

O orçamento de 2012 neste primeiro bimestre já soma R\$65,12 bilhões, mas permanece contingenciado R\$1,5 bi, que será liberado de acordo com o comportamento da receita ao longo do ano.

Tabela 16

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-FEV 2011 / JAN-FEV 2012

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM*	EMP. 1º BIM	LIQ. 1º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	50.551	1.547	49.004		9.053	7.404
	DESPESA INTRA	1.771	1.737		1.737		250	225
	DESPESA TOTAL	51.597	52.288	1.547	50.741		9.303	7.629
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	57.527	1.546	55.981		9.874	8.337
	DESPESA INTRA	2.351	2.356		2.356		314	231
	DESPESA TOTAL	58.787	59.883	1.546	58.337		10.188	8.569
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM**	EMP. 1º BIM	LIQ. 1º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.275		4.275		1.748	636
	DESPESA INTRA	349	341		341		134	43
	DESPESA TOTAL	4.617	4.617		4.617		1.881	679
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	4.854		4.854		1.900	692
	DESPESA INTRA	392	392		392		135	67
	DESPESA TOTAL	5.246	5.246		5.246		2.035	759

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SAFEM: 30/03/2012

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

O crescimento de 13,3% nas despesas com pessoal reflete a antecipação do reajuste concedido aos policiais militares e bombeiros.

em relação ao 1º bimestre do ano passado (+9,4%), decorrente da variação positiva nas despesas com inativos e pensionistas e nas obrigações constitucionais vinculadas ao desempenho da receita.

Os investimentos realizados nos dois primeiros meses do ano dobraram em comparação com o ano anterior, implicando do crescimento de sua participação na despesa total, que passou de 1,39% em 2011 para 2,85% no exercício atual. Os investimentos realizados pelo DER em rodovias e estradas vicinais justificam essa variação.

Na avaliação por fonte, as despesas financiadas com recursos do Tesouro corresponderam a 76% da despesa total, apresentando um crescimento de 13,4% em relação ao mesmo período de 2011.

A execução das despesas financiadas com recursos provenientes de Operações de Crédito, embora significativamente maiores do que no 1º bimestre de 2011, ainda se apresentam em percentual reduzido quando comparada com a dotação prevista para este ano. Isto ocorre, pois boa parte desses recursos estará disponível nos próximos meses.

Os recursos de Operações de Crédito previstos para este ano (R\$3,44 bilhões) estão alocados principalmente na Secretaria de Obras (49,4%) e na Secretaria de Transportes (20%).

A Tabela 18 apresenta as despesas liquidadas por Fonte de Recurso.

Tabela 17

DESPESAS POR GRUPO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-FEV 2011 / JAN-FEV 2012

R\$ MILHÕES

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2011	2012	VAR %
		JAN-FEV	JAN-FEV	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.895	2.148	13,3%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.357	1.568	15,6%
	1.2 - OUTROS PODERES	539	580	7,7%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400	407	1,7%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.391	5.896	9,4%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	677	647	-4,4%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	600	563	-6,2%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	77	85	10,4%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.429	1.625	13,7%
	3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.285	3.624	10,3%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.022	1.353	32,3%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	766	768	0,3%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.497	1.503	0,4%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	112	258	130,6%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	91	230	152,0%
	4.2 - OUTROS PODERES	21	27	31,4%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS (MARLIN)		1	
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1	6	469,9%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	241	314	30,3%	
TOTAL GERAL		8.040	9.029	12,3%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 30/03/2012

Tabela 18

 DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2011/ JAN-FEV 2012

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2011	1º BIM 2012	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	6.052	6.862	13,4%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	4.480	4.953	10,6%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	13	214	1557,5%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.092	1.443	32,1%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	8	5	-33,9%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	171	42	-75,4%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	135	44	-67,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)		1	197,2%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	146	154	5,4%
DEMAIS FONTES*	6	6	-5,8%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1.988	2.166	9,0%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	1.621	1.798	11,0%
CONVÊNIO (FR 12, 13, 14, 16, 18, 19)	33	13	-62,0%
FUNDEB (FR 15)	287	318	10,9%
GESTÃO DE SAÚDE (FR 23)		1	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	16	1	-94,6%
DEMAIS FONTES**	32	35	10,3%
TOTAL GERAL	8.040	9.029	12,3%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 30/03/2012

➤ **Despesa por Função**

A análise da despesa por função apresentada neste item permite identificar as principais áreas de atuação do Governo. A Tabela 19 discrimina o montante liquidado em cada função no primeiro bimestre de 2011 e 2012.

As funções sinalizadas em azul representam as áreas estratégicas do Governo, que consomem a maior parte dos recursos disponíveis, tais como Saúde, Educação e Segurança e, as despesas não discricionárias, de caráter obrigatório e/ou essencial. Tais despesas equivalem este ano a 93,1% do total.

Na função “Encargos Especiais” estão incluídas as despesas com pagamento da Dívida e vinculações constitucionais, como transferência aos municípios e ao FUNDEB.

A variação de 20,4% na função Segurança Pública se justifica basicamente pelo crescimento das despesas com pessoal por conta da antecipação das parcelas do reajuste concedido para o exercício de 2012.

Na função Transporte, dando continuidade às obras de melhorias das estradas vicinais, que favorecem o desenvolvimento da produção local nos municípios fluminenses, já em andamento no exercício de 2011, foram aplicados R\$293 milhões.

O box a seguir apresentará as despesas com investimentos nas principais funções, com destaque às aplicações destinadas ao desenvolvimento dos municípios fluminenses.

Tabela 19

**DESpesas POR FUNÇÃO DE GOVERNO
DESPEsa LIQUIDADA JAN-FEV 2011 / JAN-FEV 2012**

RS MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2011	1º BIM 2012	Δ % 2011 /2012
ADMINISTRAÇÃO	182	219	20,4%
AGRICULTURA	20	24	17,8%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	22	29	29,8%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	28	21	-25,8%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	29	36	23,9%
COMUNICAÇÕES	8	5	-35,9%
CULTURA	14	15	3,5%
DESPORTO E LAZER	13	11	-16,0%
DIREITOS DA CIDADANIA	38	52	36,4%
EDUCAÇÃO	885	891	0,7%
ENCARGOS ESPECIAIS	3.620	4.079	12,7%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	201	215	6,8%
GESTÃO AMBIENTAL	26	24	-8,5%
HABITAÇÃO	9	19	106,0%
INDÚSTRIA	7	8	9,8%
JUDICIÁRIA	390	423	8,5%
LEGISLATIVA	136	151	10,8%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1	1	-13,0%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.477	1.631	10,4%
SANEAMENTO			1770,5%
SAÚDE	262	248	-5,5%
SEGURANÇA PÚBLICA	520	626	20,4%
TRABALHO	2	3	13,5%
TRANSPORTE	97	293	200,6%
URBANISMO	50	6	-87,4%
TOTAL	8.040	9.029	12,3%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 30/03/2012

Dando continuidade aos projetos voltados para o desenvolvimento dos municípios, o DER já aplicou R\$293 milhões em melhorias das estradas.

IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁹, FECAM²⁰ e FEHIS²¹.

As despesas comentadas no corpo deste texto se referem exclusivamente as financiadas com recursos do Tesouro Estadual e que são consideradas para avaliar o cumprimento da aplicação dos limites mínimos estabelecidos para as áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Habitação. Abaixo apresenta-se descrição sucinta da legislação e os limites mínimos:

1- do produto da arrecadação de Impostos e Transferências, a Constituição Federal estabelece que os Estados apliquem no mínimo 25% em Educação e 12% em Saúde, este último recentemente regulamentado pela Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012. Dessas mesmas rubricas, a Constituição Estadual preconiza uma aplicação mínima de 2% na FAPERJ.

2 - disposições, ainda da Constituição Estadual, estabelecem que, em ações voltadas para o Meio Ambiente, através do FECAM, o mínimo a ser aplicado é de 5% das receitas de *Royalties* e Participações Especiais.

3 - em projetos de Habitação, através do FEHIS a aplicação mínima é de 10% da receita oriunda do Adicional do ICMS receita que compõe o Fundo de Combate Estadual de Pobreza (FECP).

A Tabela 20 demonstra a receita base de cálculo de cada um desses índices e avalia o ritmo de execução nesse primeiro bimestre pelo conceito de despesa liquidada, que

Tabela 20
EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- FEV 2011	JAN- FEV 2012
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	4.400.555	4.445.628
DESPESA LIQUIDADADA*	1.010.329	1.010.067
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	1.100.139	1.111.407
% ÍNDICE	22,96%	22,72%
SAÚDE		
RECEITA BASE	4.399.209	4.443.030
DESPESA LIQUIDADADA**	256.312	253.079
FR 23 - Gestão de Saúde		1.054
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	527.905	533.164
% ÍNDICE	5,83%	5,70%
FAPERJ		
RECEITA BASE	2.597.805	2.633.049
DESPESA LIQUIDADADA*	63.820	44.291
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	51.956	52.661
% ÍNDICE	2,46%	1,68%
FECAM		
RECEITA BASE	1.279.392	1.693.519
DESPESA LIQUIDADADA*	3.317	3.383
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	63.970	84.676
% ÍNDICE	0,26%	0,20%
FEHIS		
RECEITA BASE	430.009	445.188
DESPESA LIQUIDADADA*	212	11.429
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	43.001	44.519
% ÍNDICE	0,05%	2,57%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Posição SIG/SIAFEM: 30/03/2012

¹⁹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁰ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²¹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

representa o cumprimento de compromissos firmados, comparando-a com igual período do ano anterior.

Ainda que prematura, por se tratar de um período que abrange somente dois meses, a avaliação parcial é um indicador importante para o acompanhamento das obrigações.

➤ Educação

No bimestre a despesa liquidada atingiu R\$ 1,01 bilhão. Expressiva parcela, R\$ 768,21 milhões foi transferida ao FUNDEB, nos termos da Lei 11.494/2007. Parte desse valor é devolvida ao Estado para despesas em Educação do próprio Estado, segundo o coeficiente de matrículas sob sua responsabilidade, índice apurado pelo MEC através de censo escolar. A diferença entre a contribuição do Estado (R\$ 768,21) e o que lhe foi devolvido (R\$ 430,66 milhões) alcançou R\$ 337,55 milhões disponibilizados aos municípios fluminenses.

Subtraídas as transferências ao FUNDEB, as demais UOs²² responsáveis pelo gerenciamento dos recursos em Educação aplicaram em conjunto R\$ 251,85 milhões.

Embora o percentual aplicado no 1º bimestre de 2012 registre uma aparente redução quando comparado a igual período de 2011, a análise da despesa por grupo, aponta para um aumento nos gastos com investimentos, em obras de infraestrutura, em continuidade ao Programa de Melhoria da Rede Física, que requereu neste início de ano R\$ 25 milhões que foram destinados em modernização, reforma e construção de escolas.

Novas unidades escolares foram inauguradas em Barra Mansa, Petrópolis e na Região do Médio Paraíba. A implantação de laboratórios de informática modernos,

Nesse primeiro bimestre o Estado repassou, através do FUNDEB, R\$337,5 milhões para as despesas com educação dos municípios fluminenses.

²² Secretaria de Educação - SEEDUC, Depart. Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa - FAPERJ, Fundação Universidade do Estado do RJ - UERJ, Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ – FAETEC, Fundação Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Fundação Centro de Ciência de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – FENORTE e Fundação Centro da Universidade Estadual da Zona Oeste – UEZO.

bibliotecas e novas salas de aula, vieram ampliar os recursos pedagógicos para alunos e professores.

As despesas de pessoal, em relação a 2011, aumentaram 11% (+R\$ 19 milhões) justificadas pela admissão de professores concursados para as redes de ensino básica e profissionalizante.

➤ Saúde

A partir deste exercício de 2012, parte dos recursos da área de saúde passam a ser aplicados através das Fundações Públicas de direito privado, vinculadas à Secretaria de Saúde, criadas pela Lei nº 5164/2007, e implantadas no final do exercício de 2011: Fundação Estatal dos Hospitais Gerais, Fundação Estatal dos Hospitais de Urgência e Emergência e Fundação Estatal dos Institutos de Saúde. As Fundações, entre outras atribuições, serão responsáveis pela contratação, pelo regime CLT, de pessoal concursado para substituir as cooperativas de serviços e os profissionais contratados sob a forma de mão de obra temporária. O concurso para preenchimento de 4.554 vagas para profissionais de nível superior e médio para a área de saúde foi realizado no final do exercício de 2011, estando atualmente em fase de contratação.

Neste primeiro bimestre o gasto das Fundações foi de apenas R\$ 1,05 milhão, restrito às despesas operacionais de pessoal, valor computado no montante liquidado no bimestre em serviços de Saúde, R\$ 253,81 milhões, menos 0,09% quando comparado ao 1º bimestre de 2011. Desse valor, 72,5% (R\$ 184,04 milhões). No âmbito do custeio R\$ 8,51 milhões foram transferidos para municípios fluminenses, a conta do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior.

Pela ótica da liquidação, a aplicação nesse primeiro bimestre representou, apenas, 5,7% da base de cálculo, percentual nitidamente inferior aos 12% constitucionais que as contas anuais devem atender. Esse desempenho é

As despesas com pessoal da área de Educação aumentaram 11% quando comparadas a igual período de 2011.

Neste exercício serão admitidos através de concurso público 4.500 profissionais de nível superior e médio.

idêntico ao de 2011 e reflete um padrão sazonal que leva à recuperação nos meses seguintes.

Em contraste com o valor liquidado, a despesa empenhada, que reflete os compromissos assumidos, totaliza R\$ 561,12 milhões que representa 12,7% da base de cálculo.

A cada ano o ERJ vem ampliando e qualificando os serviços de saúde ofertados à população que já dispõe de 48 Unidades de Pronto Atendimento – UPA., em algumas os investimentos foram feitos pelo Estado e entregues ao município que vem arcando com a manutenção. Gerindo recursos de forma compartilhada com municípios, encontra-se em construção o Hospital Regional do Médio Paraíba, com recursos da Secretaria de Saúde e do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba formado por 12 município, com inauguração prevista para janeiro de 2013.

➤ **FAPERJ, FECAM e FEHIS**

Neste 1º bimestre de 2012 a despesa liquidada na FAPERJ, R\$ 44,29 milhões foi 30,6% inferior ao mesmo período de 2011, por conta de menor gasto com pagamento de pesquisadores. Em 2011 essa despesa requereu R\$ 45,26 milhões enquanto que em 2012, R\$ 28,81 milhões. De forma isolada, a análise da despesa por grupo, indica um aumento nos gastos de pessoal de 10,3%.

O ritmo da execução orçamentária do FECAM ainda se apresenta modesto, repetindo a performance de 2011. A despesa total liquidada foi de R\$ 3,38 milhões, dos quais 75,5% (R\$ 2,55 milhões) foram aplicados no Programa RIO LIMPO, na execução de obras de esgotamento sanitário, construção de elevatórias em Barra do Piraí..

Embora bastante inferior aos 10% da receita arrecadada com o Adicional do ICMS, o desempenho do FEHIS foi



muito superior ao de igual período de 2011. Foram liquidados R\$ 11,42 milhões, 2,5% da base de cálculo, basicamente, quase que totalmente aplicado pela CEHAB. Em cumprimento ao acordo firmado em dezembro de 2011 com o Governo Federal, R\$ 11,24 milhões foram depositados na Caixa Econômica Federal, para construção de unidades habitacionais no terreno do antigo conjunto penitenciário da Frei Caneca, Programa Minha Casa Minha Vida.

Neste primeiro bimestre o ERJ repassou à Caixa Econômica Federal R\$11,2 milhões para construção de unidades habitacionais – Programa Minha Casa Minha Vida.

BOX 03 – INVESTIMENTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 2007-2011

Este Box apresenta a evolução dos investimentos realizados pelo Estado do Rio de Janeiro nas principais Funções de Governo voltadas para as atividades fim: Urbanismo, Habitação, Gestão Ambiental, Saneamento, Agricultura e Educação.

FUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total Geral
Agricultura	1.729.174	3.845.946	8.504.650	55.039.226	33.462.971	1.030.273	103.612.240
Educação*	21.553.081	213.622.340	295.294.268	252.102.070	258.592.793	11.870.307	1.353.115.468
Gestão Ambiental	102.578.323	124.161.861	222.629.102	467.374.608	319.970.822	3.572.327	1.240.287.043
Habitação	3.977.341	44.962.146	77.077.458	163.457.398	159.816.092	11.410.028	460.700.464
Saneamento	69.956	33.379.943	108.668.842	177.526.754	239.644.280	248.288	559.538.064
Urbanismo	45.710.218	311.999.110	683.603.248	1.499.253.547	1.415.201.635	2.295.250	3.958.063.008
Total Geral	175.618.095	731.971.345	1.395.777.569	2.614.753.603	2.426.688.592	30.426.473	7.675.316.287

* O valor da Função Educação em 2007 exclui o valor do Programa Nova Escola.

Na Função Urbanismo, no período 2007/2011, as despesas com investimentos requereram R\$3,95 bilhões, basicamente em dois Programas abaixo discriminados:

R\$ 1,00

Programa	2008	2009	2010	2011	Total Período
Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano	236.235.332	602.861.057	888.452.269	601.865.850	2.329.414.509
Programa de Aceleração do Crescimento-PAC RJ					

R\$ 1,00

Programa	2007	2008	2009	2010	2011	Total Período
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	18.920.733	57.549.796	24.659.195	610.622.855	649.718.491	1.361.471.070
Programa Somando Forças						

1 - Programa de Aceleração do Crescimento

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido em parceria com o Governo Federal, visa promover o desenvolvimento econômico e social do ERJ, através da realização de investimentos em infraestrutura.

A proposta do Programa é a realização de obras de urbanização e infraestrutura em comunidades carentes, como construção de unidades habitacionais, complexos de saúde, escolas, áreas de lazer e esportiva, sistema de água e esgoto, teleférico, planos inclinados, além de alargamento de vias.

Iniciado em 2008, no Programa foram aplicados até 2011 R\$ 2,3 bilhões em comunidades de baixa renda e na construção do Arco Rodoviário Metropolitano.

Nessa primeira fase foram beneficiadas as comunidades de Manguinhos, Alemão, Rocinha e Pavão/Pavãozinho, estando o término dessas obras previsto para este início de 2012, porém ainda sem execução orçamentária neste primeiro bimestre.

Ainda no âmbito do PAC, expressivo valor já foi aplicado nas obras do Arco Metropolitano, com término previsto para 2014. Após sua conclusão as diversas vias expressas de entrada e saída da Cidade do Rio de Janeiro estarão interligadas, facilitando o fluxo de trânsito, inclusive em caso de problemas em alguma das vias. As obras do Arco permitirão ainda o acesso expresso ao Porto de Itaguaí e ao futuro polo petroquímico na cidade de Itaboraí e o desenvolvimento de áreas da Região Metropolitana que hoje são inexpressivas economicamente.

Na tabela abaixo estão discriminados os recursos já investidos em cada uma delas e o valor previsto para a continuidade em 2012, cuja execução nesse primeiro bimestre ainda está insipiente.

R\$1,00			
OBRAS PAC			
Discriminação	Período 2007/2011	Previsão 2012	TOTAL
Rocinha	326.018.180	46.797.054	372.815.234
Alemão	973.429.788	34.399.619	1.007.829.407
Manguinhos	514.673.976	44.661.652	559.335.628
Pavão-Pavãozinho	65.538.064	31.160.706	96.698.770
Arco Metropolitano	442.612.801	564.764.378	1.007.377.179
Total	2.322.272.809	721.783.409	3.044.056.218
Recursos do Tesouro do Estado			1.699.780.381
Convênio com o Governo Federal			1.344.275.843

2 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – PADEM / Somando Forças

A despesa desse Programa se dá não só através da aplicação direta de recursos em projetos gerenciados pelos órgãos que compõem o Orçamento do ERJ, como também, de forma indireta, através de transferência de recursos aos municípios, sob a forma de convênio. Os valores transferidos são contabilizados como receita do município conveniado e aplicados através de dotações que compõem seu orçamento nos produtos apontados no PPA municipal.

No período 2007-2011 o Programa como um todo, requereu R\$ 1,36 bilhão. Sob a forma de transferência para os municípios foram investidos R\$ 511,72 bilhões e os restantes R\$ 849,74 foram aplicados diretamente pela SEOBRAS.

O montante transferido pelo Estado aos municípios é contabilizado em Programas e Ações específicos, conferindo visibilidade à efetiva despesa em cada exercício.

Até 2010, os recursos transferidos eram contabilizados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – PADEM, que assumiu nova ementa a partir de 2010, Programa Somando Forças, conforme Decreto nº 42.384,

de 29 de março de 2010.

A análise da evolução do Programa aponta para expressivo crescimento a partir de 2010, dado ao novo enfoque a partir da edição do citado Decreto.

No quadro a seguir apresenta-se, por modalidade de aplicação, a despesa liquidada a cada ano em favor dos municípios e a despesa realizada nos municípios através da SEOBRAS.

EVOLUÇÃO DA DESPESA DO PROGRAMA SOMANDO FORÇAS

R\$1.00

Desenvolvimento dos Municípios - Aplicações Diretas x Transferências de Recursos						
Modalidade de Aplicação	2007	2008	2009	2010	2011	Total do Período
Valor transferido aos Municípios	17.437.242	40.857.567	15.066.538	249.732.573	188.628.408	511.722.328
Aplicação direta realizada pela SEOBRAS	1.483.491	16.692.229	9.592.657	360.890.282	461.090.083	849.748.742
Total Geral	18.920.733	57.549.796	24.659.195	610.622.855	649.718.491	1.361.471.070

Na tabela acima fica evidenciada a maior participação dos municípios no Orçamento Estadual, quando, a partir de 2010 os valores transferidos para serem aplicados pelos próprios municípios assumem montantes expressivos.

Abaixo os montantes de 2010 e 2011 estão demonstrados por Região.

R\$ 1,00

Aplicação Direta dos Municípios por Região - Somando Forças			
Regiões do ERJ	2010	2011	Total por Região
Região Metropolitana	76.433.302	69.634.498	146.067.800
Médio Paraíba	36.112.526	27.470.087	63.582.612
Região Serrana	39.562.997	21.283.182	60.846.179
Baixada Litorânea	20.673.100	27.103.722	47.776.823
Noroeste Fluminense	21.920.983	19.468.038	41.389.021
Costa Verde	28.789.291	2.773.675	31.562.967
Centro Sul Fluminense	12.790.745	11.675.480	24.466.224
Norte Fluminense	9.342.296	7.068.807	16.411.104
Noroeste Fluminense	4.107.333	2.150.918	6.258.251
Total Geral	249.732.573	188.628.408	438.360.981

➤ Ações para Ampliação e Melhoria da Habitação Popular

Na função Habitação, conforme mostra a Tabela abaixo, os investimentos vêm ocorrendo de forma crescente, voltados para redução do déficit habitacional e melhoria dos domicílios em assentamentos precários.

Um levantamento feito pela CEHAB para elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social registrou, em 2010, a demanda por 372 mil unidades para atender famílias com renda entre 0-3 salários

mínimos, a existência de 176,2 mil domicílios que necessitam de intervenção para melhorias habitacionais e 617 mil assentamentos precários. Diante deste diagnóstico, o Governo do ERJ vem empreendendo esforços para suprir essa demanda.

Principais ações	Em R\$				
	2007	2008	2009	2010	2011
Construção de Unidades Habitacionais	1.008.087	22.516.170	20.002.253	20.549.591	35.691.477
Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	1.595.903	11.046.388	29.845.007	112.524.154	84.657.219
Demais Programas	1.373.351	11.399.587	27.230.198	30.383.653	39.467.395
Total Função Habitação	3.977.341	44.962.146	77.077.458	163.457.398	159.816.092

No período 2007/2011, 75,5% dos investimentos realizados na Função Habitação foram destinados ao Programa de Ampliação e Melhoria da Habitação Popular, cujas ações estão destacadas na Tabela. O Programa tem como objetivo não somente a construção de novas unidades habitacionais, mas também a recuperação e melhoria daquelas moradias já existentes e que sofreram com as intempéries da natureza.

Desde 2007 a Secretaria de Estado de Habitação reformou 98 conjuntos habitacionais que estavam em estado precário. Investiu na construção de 164 novas unidades habitacionais, sendo 76 em Campo Grande, 28 em Porciúncula e mais 60 no âmbito do Programa "Vila da Melhor Idade". Este programa é voltado para atender a idosos que recebem até dois salários mínimos e não tem uma assistência familiar. Foi inaugurada em Santa Cruz a primeira Vila e estão sendo erguidas mais duas em Volta Redonda e em Conceição de Macabu.

Estão em andamento obras para a construção de conjuntos habitacionais em Pinheiral, Teresópolis, Areal, Carmo, Sapucaia, Levy Gasparian, Itatiaia e Duque de Caxias. As obras também incluem trabalhos de recuperação e infraestrutura em Barros Filho, Recreio dos Bandeirantes e Sepetiba (construção de 4 praças e recuperação de outras 9 praças), Aperibé (urbanização e infraestrutura).

➤ Ações em Gestão Ambiental

No âmbito da Gestão Ambiental, o crescimento da aplicação dos recursos se inicia a partir de 2008 com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em parceria com o Governo Federal que envolve dois projetos: Iguazu e Recuperação da Infraestrutura Hidrográfica da Baixada Campista I e com Programa de Gestão de Recursos Hídricos e Controle de Inundações. O quadro abaixo mostra a evolução dessas despesas.

Despesa Liquidada com as Ações na Função Gestão Ambiental						
Ações	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL Investido
Gestão de Rec Hídricos e Contr de Inundações	1.667.234	28.617.187	69.328.009	12.360.607	46.575.144	158.548.181
Projeto Iguazu - PAC		16.616.306	107.189.738	63.884.419	84.928.323	272.618.786
Recuper Infraestr Hidr BCampista-PAC-RJ				53.907.491	59.440.575	113.348.066
Total	1.667.234	45.233.493	176.517.747	130.152.518	190.944.042	544.515.034

Visando minimizar a ocorrência de acidentes ambientais decorrentes das chuvas esses projetos desenvolvem basicamente ações de desassoreamento e recuperação das margens, implantação de sistema de alerta de cheias, construção de moradias para remanejamento da população que vive às margens dos leitos dos rios.

➤ **Ações na área de Saneamento**

As ações na área de saneamento vêm apresentando crescimento expressivo desde 2007, reforçada pelos recursos provenientes de convênio com Governo Federal, no âmbito do PAC e pela contratação de operações de crédito. Um dos principais programas é o de Despoluição do Entorno da Baía da Guanabara, que objetiva a melhoria da distribuição e tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e controle de inundações, beneficiando mais de três milhões de habitantes do Estado do Rio de Janeiro. No acumulado destes cinco anos o Governo Estadual já aplicou um total de R\$ 559 milhões em saneamento, dos quais 29,4% no entorno da Baía de Guanabara.

	Em R\$				
Principais ações	2007	2008	2009	2010	2011
Saneamento no Entorno da Baía da Guanabara	69.956	4.550.999	8.953.771	34.828.879	116.283.002
Demais Programas		28.828.944	99.715.071	142.697.876	123.361.279
Total Função Saneamento	69.956	33.379.943	108.668.842	177.526.754	239.644.280

➤ **Agricultura**

Embora em valores menos expressivos do que aqueles aplicados nas demais áreas apresentadas neste Box merecem destaque as ações desenvolvidas na área de Agricultura, principalmente pelo seu efeito impulsionador no desenvolvimento dos municípios fluminenses.

	Em R\$				
Principais ações	2007	2008	2009	2010	2011
Apoio ao Desenvolvimento Rural		2.990.328	4.381.242	46.420.999	4.711.101
Rio Rural	387.737	746.202	1.581.713	4.601.108	21.558.506
Demais Programas	1.341.438	109.417	2.541.695	4.017.119	7.193.364
Total Função Agricultura	1.729.174	3.845.946	8.504.650	55.039.226	33.462.971

A Secretaria de Agricultura e Pecuária vem implementando políticas públicas para fomento da agricultura familiar e de todo o agronegócio no Estado.

O Programa RIO RURAL que tem como grande desafio o desenvolvimento sustentável do setor rural e a diminuição das ameaças ao meio ambiente, através da adequação dos sistemas produtivos e do apoio a atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar já aplicou R\$28 milhões no período 2007/2011. O projeto atendeu ao financiamento direto aos produtores rurais bem como na aquisição

de equipamentos agrícolas (roçadeiras, triturador e outros).

➤ **Ações na área de Ensino e Pesquisa**

Os investimentos realizados pelo Governo do Rio de Janeiro na função Educação totalizaram no acumulado de 2007 a 2011 R\$ 1,04 bilhão. Entre os programas que mais executaram ao longo destes anos se destacam o Programa de Expansão, Reformas e Reequipamento da Rede de Ensino e o Pesquisa Rio.

	Em R\$				
Principais ações	2007	2008	2009	2010	2011
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino			209.302.954	64.617.168	93.330.095
Pesquisa Rio		3.303.138	35.421.420	52.295.754	52.593.307
Demais Programas	21.553.081	210.319.202	50.569.895	135.189.147	112.669.391
Total Função Educação	21.553.081	213.622.340	295.294.268	252.102.070	258.592.793

O primeiro tem como objetivo melhorar a infraestrutura da rede de ensino estadual. Ao longo destes anos o já foram aplicados R\$ 367,25 milhões em reformas e reaparelhamento de unidades de ensino, como implantação de quadras poliesportivas e laboratórios de informática e adaptação de imóveis adquiridos para serem novas unidades escolares. A Secretaria de Educação em parceria com a EMOP avaliou as instalações das escolas estaduais e vem seguindo um cronograma de obras para que todas as unidades estejam em situação regular.

Já o programa Pesquisa Rio, realizado desde 2008 pela FAPERJ, tem como objetivo fixar e manter no Estado do Rio de Janeiro grupos de pesquisa que possibilitem a geração de conhecimento, fomentando a infraestrutura para o seu desenvolvimento nos órgãos e entidades da administração estadual. O programa concentra a maior parte da despesa em concessões de auxílios aos pesquisadores. No período 2008/2011 foram aplicados R\$ 143,61 milhões para atender 6.906 bolsas de pesquisa. A Tabela abaixo apresenta o total de bolsas por área.

Total de bolsas concedidas por área				
Projeto	2008	2009	2010	2011
Apoio a Pesquisa na Administração Pública	127	57	161	-
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - FATEC	-	-	10	-
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	1.841	1.335	1.534	1.841

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A Cota Financeira de cada Unidade Gestora (UG), em consonância com o orçamento, é determinada para o exercício e, ao longo do ano, as parcelas vão sendo liberados aos órgãos.

No início deste ano, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ publicou a Resolução nº 481, de 14 de fevereiro de 2012. Nela, a Cota Financeira para o exercício de 2012 foi estabelecido. O montante liberado foi de R\$ 11,35 bilhões, sendo R\$ 6,14 bilhões para as FR do Tesouro²³ e R\$ 5,21 para as demais²⁴ FR, diferentemente do que ocorreu com a distribuição do ano de 2011²⁵, quando os recursos das demais fontes foram superiores.

Cabe ressaltar que a concentração dos recursos nas demais fontes, no ano de 2011, ocorreu por causa dos seguintes fatos: (i) ação preventiva diante das incertezas no cenário econômico à época – contingenciamento de R\$ 0,8 bilhão nas fontes “00”²⁶ e “22”; e (ii) maior volume de recursos oriundos de operações de crédito, com destaque para o PRODHUMS - Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável, com a expectativa de ingresso de recursos da ordem de U\$ 485 milhões.

No tocante as Fontes de Recurso do Tesouro, quando comparado à publicação do ano de 2011 (R\$ 4,94 bilhões) no corrente ano (R\$ 6,14 bilhões), observou-se um incremento de R\$ 1,20 bilhão (aumento de 24,2%). .

O Tesouro Estadual, mesmo diante da evolução de suas receitas, no intuito de constituir uma reserva financeira e, ainda, de manter a melhor gestão de seus recursos

Gráfico 1

LIBERAÇÃO DE COTA FINANCEIRA - 2012

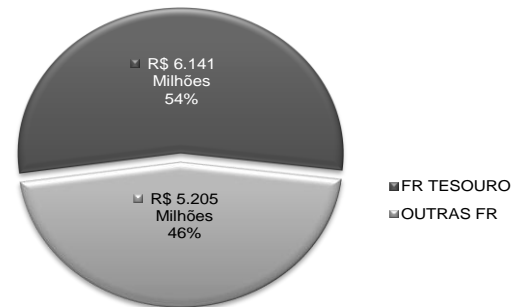


Gráfico 2

COTA FINANCEIRA 2011/2012

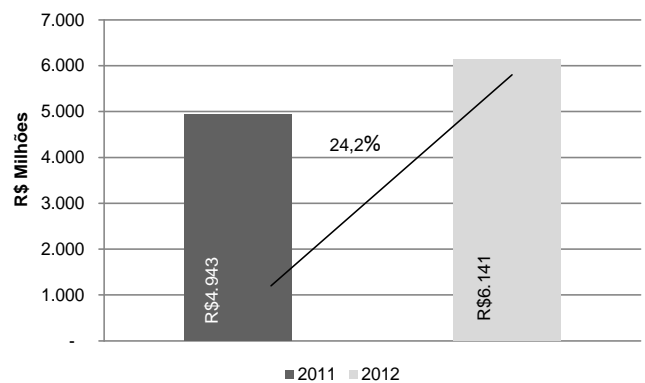
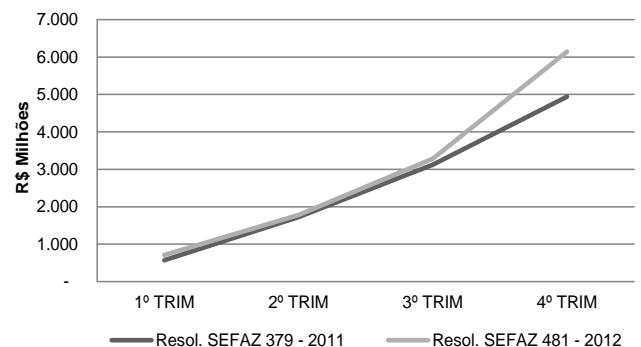


Gráfico 3

EVOLUÇÃO COTA FINANCEIRA 2011/2012



²³ Fontes Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20 e 22;

²⁴ Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

²⁵ Resolução SEFAZ nº 379 de 15 de fevereiro de 2011.

²⁶ FR 00 - Ordinários Provenientes de Impostos e FR 22 - Adicional do ICMS - FECF;

reproduziu a distribuição da Cota Financeira do primeiro semestre de 2011 em 2012, como pode ser observado no Gráfico 3. Quanto ao incremento citado, foi proposta a distribuição deste valor a partir do terceiro semestre.

No que concerne à execução orçamentária de 2012, os Órgãos mantiveram regularidade em relação a 2011. As despesas empenhadas, que foram liquidadas no 1º bimestre de 2011 alcançaram 28,8% contra 32,5% em 2012; na etapa seguinte, que trata da emissão da PD, em 2011, foram convertidas 72,6% das despesas liquidadas em PD's contra 71,5% em 2012; e na última fase da despesa, que é o pagamento, em 2011, 71,8% das Programações emitidas foram pagas contra 80,6% em 2012.

Neste 1º bimestre pôde-se verificar, novamente, a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro, em detrimento dos recursos próprios e/ou vinculados. Tal tendência é evidenciada na comparação do percentual da Cota Financeira empregada pertinente a cada fonte. Isto porque, cerca de 80% da Cota Financeira liberada, referente à FR do Tesouro, foi convertido em Programações de Desembolso, enquanto apenas 10,8% da parcela liberada, nas Demais Fontes, foi convertida em PD's. Até o mês de fevereiro de 2012, as FR Tesouro representam quase 70% do montante liberado de Cota Financeira (R\$ 649 milhões). Esse percentual aumenta se observarmos a etapa de emissão das Programações de Desembolso (Cota Financeira utilizada) onde alcança, aproximadamente, 95% das PD's emitidas.

No tocante aos Recursos do Tesouro, as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) mantiveram sua eficácia na utilização desses recursos. Isto pode ser comprovado com os índices observados na execução das etapas²⁷ da despesa (Tabela 22). Destaque para a área da Segurança que liquidou 40,5% das suas despesas empenhadas, e converteu 92,1% da sua Cota Financeira liberada, em Programações de Desembolso – PD's.

Tabela 21

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ FEVEREIRO DE 2012

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	1.134	516	451	365	292
FR - Outras	527	25	198	21	19
Total geral	1.660	540	649	386	311

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	45,46%	114,28%	70,75%	80,86%	80,10%
FR - Outras	4,71%	12,54%	86,03%	10,79%	89,85%
Total geral	32,54%	83,28%	71,45%	59,50%	80,63%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2012

Tabela 22

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	68	16	13	11	10
SAÚDE	315	70	68	50	30
SEGURANÇA	78	32	21	20	13
DEMAIS ÁREAS	672	398	350	284	239
TOTAL GERAL	1.134	516	451	365	292

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	23,60%	126,42%	71,04%	89,81%	84,75%
SAÚDE	22,27%	104,07%	71,04%	73,93%	59,98%
SEGURANÇA	40,54%	148,36%	62,08%	92,10%	68,00%
DEMAIS ÁREAS	59,15%	113,73%	71,38%	81,18%	84,28%
TOTAL GERAL	45,46%	114,28%	70,75%	80,86%	80,10%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2012

²⁷ Empenho, liquidação, e emissão da ordem de pagamento.

V.2 Pagamento de PD's

No início de 2012, o Tesouro do Estado elaborou cronograma de pagamento dos Restos a Pagar²⁸, publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda²⁹, para os meses de fevereiro até junho do ano corrente, tendo como prioridade o seu cumprimento. Quanto às despesas do exercício, o Tesouro Estadual executou as obrigações dos Órgãos do Estado que foram lançadas em seus sistemas 30, observando a ordem cronológica³¹.

No primeiro bimestre de 2012, o prazo médio dos pagamentos verificado foi de 6 dias após a emissão da Programação de Desembolso – PD, para as áreas não prioritárias, e de 9 dias para as áreas prioritárias (Educação, Segurança e Saúde), este fato ocorreu dado o grande volume de PD's emitidas pela área da Educação, entre os dias 15 e 17 de fevereiro, que somente puderam ser pagas em 27 de fevereiro, pois cumpriram a legislação vigente³². Esse grupo de Programações de Desembolso paga representa quase 20% das PD's das áreas prioritárias, o que elevou a média do prazo de pagamento.

Este prazo médio de pagamentos (Tabela 23 e Gráfico 4) foi inferior ao praticado no mesmo período de 2011 (9 dias para área prioritária), ou seja, a celeridade no pagamento das programações de desembolsos apresentados ao Tesouro do Estado continua aumentando. Neste primeiro bimestre, 99,7% das Programações de Desembolso - PD emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 20 dias após a data de sua emissão, sendo apenas 0,3% pagas entre 21 e 30 dias. Os números demonstram que atual gestão, otimizou o desempenho do Tesouro.

Tabela 23

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S 1º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	9
NÃO PRIORITÁRIAS	6
MÉDIA GERAL	8

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 4

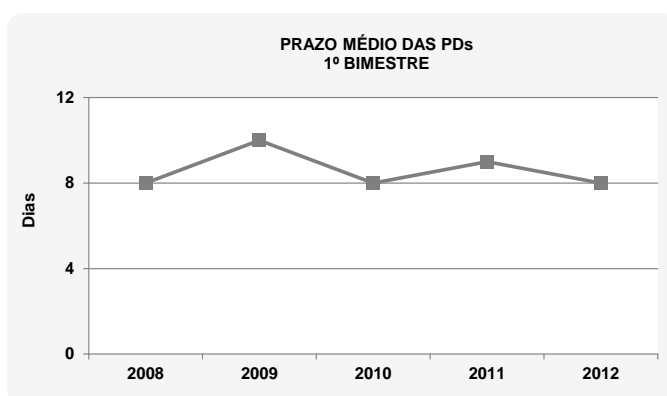
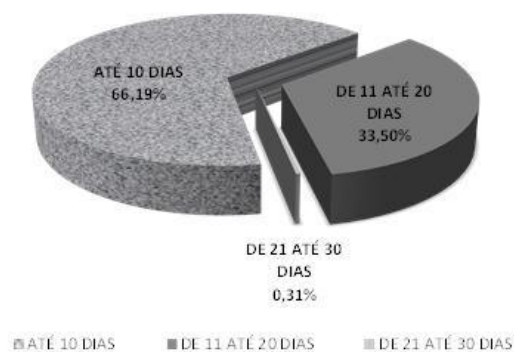


Gráfico 5

PD'S POR PRAZO DE PAGAMENTO 1º BIMESTRE



²⁸ Obrigações empenhadas no orçamento do exercício anterior, porém não honradas naquele exercício.

²⁹ Resolução SEFAZ Nº 481 de 14 de fevereiro de 2012.

³⁰ SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira p/Estados e Municípios; e SIG – Sistema de Informações Gerenciais.

³¹ Art. 5º Lei 8.666 - "... devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades,..."

³² Art. 13 do Decreto 43.427 de 17 de janeiro de 2012 – "A Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ somente efetuará o pagamento das despesas de custeio e investimentos nos dias 07 (sete), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente..."

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Para cumprir a meta dos rendimentos financeiros do exercício estipulada pela LOA, o Tesouro Estadual adota o conceito de saldo médio³³ para a administração de seu Fluxo de Caixa. Essa medida auxilia a tomada de decisão sobre a alocação dos recursos, objetivando assim maximizar a receita financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Os fundos exclusivos fazem parte da estratégia tecida pelo Tesouro para atingir esse objetivo, e seu desempenho tem atendido as expectativas, sendo que, no primeiro bimestre de 2012, obtiveram uma rentabilidade média acima de 99% do CDI. Além disso, estes fundos possuem um taxa administrativa entre 0,1% e 0,1% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua primeira reunião³⁴ do ano, reduziu em 0,7 pontos percentuais a taxa SELIC, dando continuidade ao ciclo de queda da taxa básica de juros. Em suma, a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre, e o cenário adverso da economia mundial está direcionando o Banco Central na redução da taxa de juros.

Mesmo assim, no 1º bimestre de 2012, a receita financeira do Tesouro Estadual teve um crescimento de 7,0%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, sendo que a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - benchmark) teve uma queda de 4,4% nesse mesmo período.

A previsão de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual 35 (LOA) de 2012 é de R\$ 210,85 milhões. Sendo que 18% deste valor foi realizado no 1º bimestre de 2012.

Gráfico 5

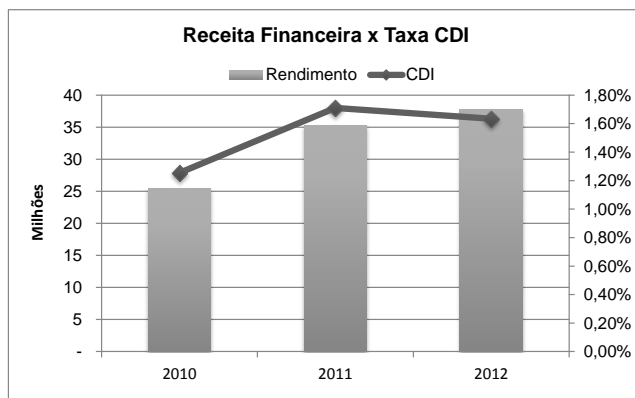


Gráfico 6

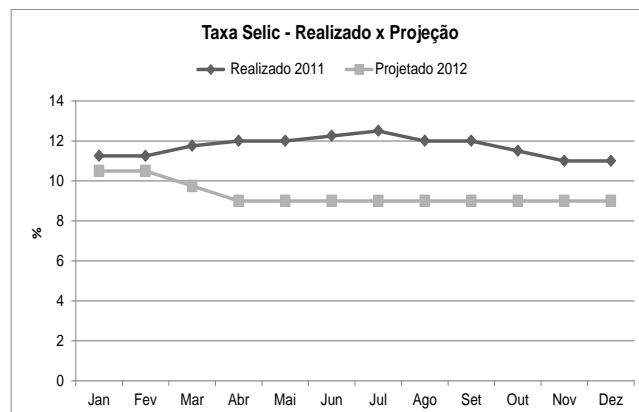
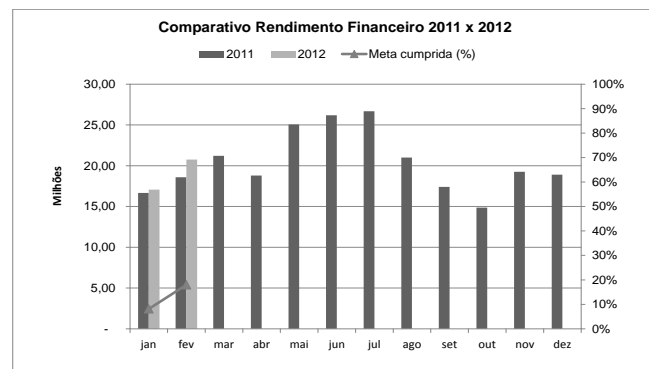


Gráfico 7



³³ Optamos pelo emprego de um modelo simples para o cálculo do saldo médio, cuja autoria é de Merton Miller e Daniel Orr.

³⁴ Realizado nos dias 17 e 18 de janeiro de 2012.

³⁵ Lei .6125, de 28 de dezembro de 2011.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

O Tesouro Estadual adimpliu cerca de R\$ 35,60 milhões em despesas realizadas, no primeiro bimestre de 2012, com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 45,3%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 31,1%, para serviços de águas; 16,0%, para serviços de transmissão de dados; 3,7%, para telefonia fixa; e 3,8%, para outros serviços.

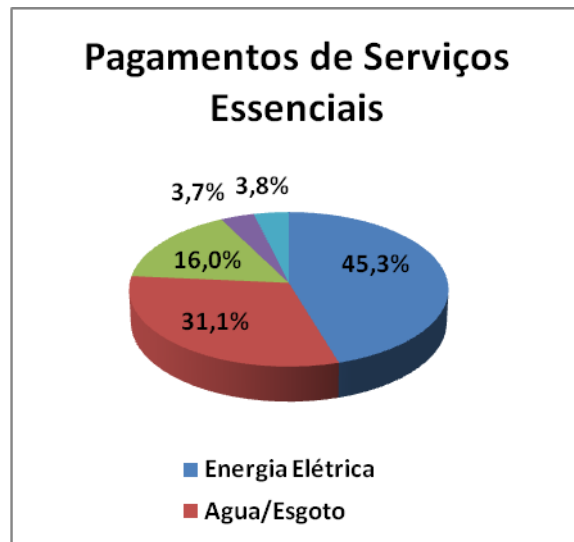
Vale destacar o aumento significativo no adimplemento dos serviços de água devido principalmente à celeridade nos procedimentos da execução orçamentária para quitação das faturas da Cedae.

Visando obter maior eficiência e controle no adimplemento das despesas com serviços públicos, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais³⁶, abarca o faturamento de 17 concessionárias. Salienta-se que após a adesão da Cedae ao SIPC, o acompanhamento das despesas com serviços essenciais ficaram mais completos.

Destarte, no primeiro bimestre de 2012, o SIPC registrou o montante de R\$ 47,59 milhões correspondente ao total do faturamento dos serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 24,09 milhões, ou seja, 51%.

A dificuldade de alguns órgãos em relação à transferência da cota financeira somada aos procedimentos necessários para atender às exigências legais na execução contábil, que

Gráfico 8



³⁶ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

passaram a vigorar a partir de 2012, contribuiu para o baixo percentual de adimplemento.

V.4.1 Características de Consumo

As ferramentas desenvolvidas para processar com rapidez e precisão as informações enviadas pelas concessionárias, relativas ao consumo individual das instalações, permitem a elaboração de estudos mais específicos.

No tocante ao consumo de energia elétrica em kWh, analisando-se o consumo nas áreas prioritárias no primeiro bimestre de 2012, pode-se verificar uma redução de 9,5%, na área da educação; 1,8%, na área da saúde; e 5,5%, na área da segurança, se comparados com o mesmo período do exercício anterior.

Em relação ao estudo de alta tensão, no primeiro bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de potência ativa R\$ 10,26 milhões, sendo R\$ 8,42 milhões de demanda contratada e R\$ 1,84 milhão de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No que tange a telefonia fixa e móvel, com a celebração dos contratos, após a realização de licitações, atualmente quatro concessionárias são responsáveis pelos serviços, quais sejam: Oi/Telemar, TNL, Intelig e TIM.

As quatro concessionárias aderiram ao SIPC e enviam mensalmente para a Coordenação de Pagamento de Concessionárias, setor responsável pela gestão do sistema, as faturas consolidadas referentes às despesas de 49 órgãos. No primeiro bimestre de 2012, somando-se as despesas dos serviços de telefonia fixa e móvel o SIPC registrou R\$ 3,43 milhões, 15% maior que o registrado no mesmo período no ano anterior, R\$ 2,97 milhões.

Quanto aos serviços de transmissão de dados, os quais não estão abarcados pelo SIPC, foram empenhados R\$ 19,85 milhões. Deste montante, foram liquidados R\$ 5,38 milhões

Tabela 24

Faturamento SIPC 2012

R\$ milhões

Concessionária	Faturado	Pago	% Pago
LIGHT	16,49	7,54	45,7%
AMPLA	9,07	6,17	67,9%
CEDAE	15,79	7,58	48,0%
TELEMAR	3,04	0,74	24,4%
AGUAS DE NITEROI	1,14	0,77	67,6%
OUTROS	2,07	1,29	62,4%
	47,59	24,09	50,6%

e quitados R\$ 4,93 milhões, ou seja, 93%. Salienta-se que 77% do valor empregado com esses serviços referem-se ao Projeto de Modernização Operacional da Gestão Escolar, implantado pela Secretaria de Educação.

Analisando-se o consumo de água tratada, com a adesão da CEDAE ao SIPC, principal concessionária do Estado, o montante registrado com esses serviços, através deste sistema, passou de R\$ 2,60 milhões no primeiro bimestre de 2011 para R\$ 19,22 milhões, no mesmo período de 2012.

Como consequência da revisão do cadastro de instalações e validação de titularidade, necessários para emissão da fatura consolidada, pode-se observar que a quitação do faturamento da CEDAE está mais célere, em que pese o adimplemento de apenas 48% do montante total de R\$ 15,79 milhões registrado no primeiro bimestre de 2012. Este percentual deriva de problemas já citados acima, órgãos que não quitavam regularmente as despesas com a concessionária passaram a fazê-lo, cite como exemplo a Secretaria de Administração Penitenciária.

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no primeiro bimestre de 2012.

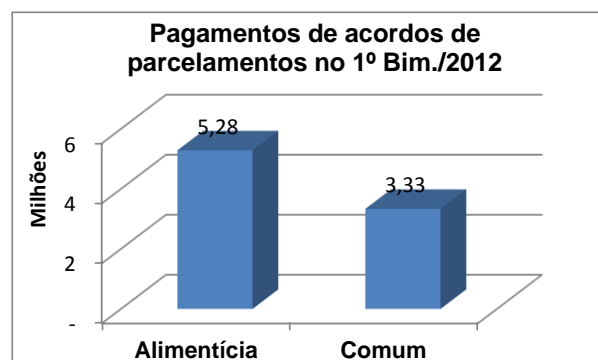
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

PRECATÓRIOS

No 1º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 8,62 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Os pagamentos realizados nos meses de janeiro e fevereiro foram compostos das parcelas de 10 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela

Gráfico 9



Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 61,3% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 38,7% empregados nas obrigações de natureza comum.

Salienta-se que, em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, consoante às disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios serão realizados, diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Assim, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

De acordo com as guias de depósito encaminhadas pelo Tribunal de Justiça à Secretaria de Estado de Fazenda, nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, foram pagos R\$ 50,15 milhões em precatórios do Estado do Rio de Janeiro e suas entidades.

REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPV

No 1º Bimestre deste ano foram pagas 195 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,30 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de

Gráfico 10

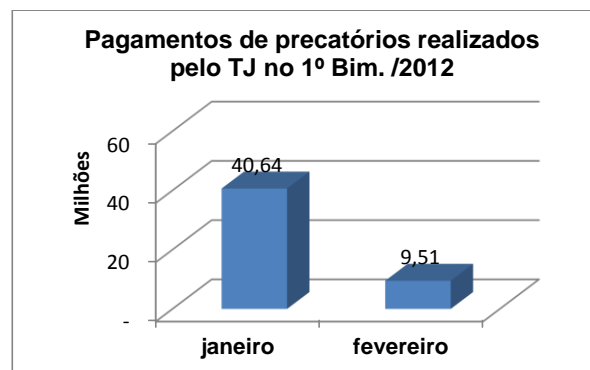


Tabela 25

PAGAMENTOS DE RPV - 1º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	47	470.971,71
FEVEREIRO	148	825.531,91
TOTAL	195	1.296.503,62

pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁷.

TOTAL DE REQUISIÇÕES JUDICIAIS DE PAGAMENTO

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 1º bimestre de 2012, o montante de R\$ 60,07 milhões.

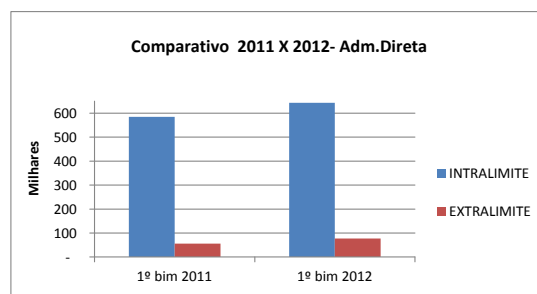
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 1º bimestre de 2012, R\$ 720,72 milhões com o serviço da dívida³⁸. A importância desembolsada foi 12,4% superior ao valor pago no mesmo período do ano anterior. Esta variação decorreu dos novos parcelamentos junto à Receita Federal, registrados na dívida, ao final do exercício de 2011.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro³⁹ Estadual alcançou apenas R\$ 0,68 milhão, 46,0% inferior em relação ao 1º bimestre de 2011.

Do total pago no 1º bimestre de 2012, R\$ 642,75 milhões foram referentes à dívida intralimite⁴⁰, valor superior aquele

Gráfico 11



³⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

⁴⁰ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 27,92 milhões.

Tabela 26

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2011			1º bim 2012			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	240.507	399.749	640.256	313.519	406.518	720.037	12,46%
INTRALIMITE	205.672	378.576	584.248	261.537	381.214	642.751	10,01%
EXTRALIMITE	34.836	21.173	56.008	51.982	25.304	77.286	37,99%
INTERNA	27.230	16.221	43.451	44.057	20.642	64.700	48,90%
EXTERNA	7.606	4.952	12.558	7.925	4.662	12.586	0,23%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.036	232	1.268	601	83	684	-46,04%
TOTAL	241.543	399.980	641.524	314.119	406.602	720.721	12,35%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	211.996	378.576	590.573	233.618	381.214	614.832	4,11%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	205.672	378.576	584.248	261.537	381.214	642.751	10,01%
Diferença incorporada no resíduo	6.325	-	6.325	(27.919)	-	(27.919)	-541,43%

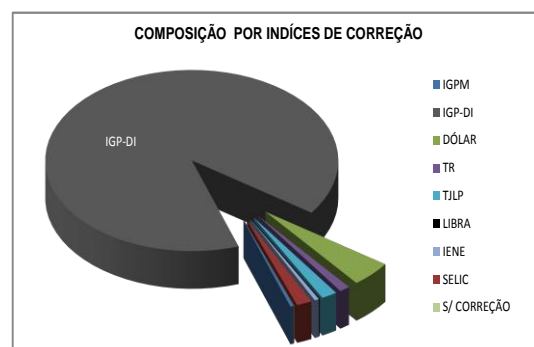
Valores pagos a preços correntes.

O pagamento da dívida externa foi 0,2% superior, em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a apreciação do dólar frente ao real⁴¹. Ressalta-se contudo, que este montante representa apenas 1,7% do total do serviço pago.

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL

No 1º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 62,50 bilhões, 6,9% maior que no mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI⁴², pela variação do dólar nos contratos da dívida externa e pelo ingresso de R\$ 360 milhões do contrato firmado junto ao Banco Mundial, destinado ao

Gráfico 12



⁴¹ O dólar fechado nas datas dos respectivos pagamentos subiu 4,2% em relação ao período anterior.

⁴² Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 89,85% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,3% e aumento de 0,0031% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 0,1% (IGP-DI de dez/11 e jan/12) e nos últimos 12 meses (de fev/11 a jan/12) em 5,0%.

Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Metropolitano Sustentável.

Tabela 27

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2010 X 2011			
	1ºBim_2011	1ºBim_2012	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	58.481.671	62.500.601	6,87%
INTERNA	56.291.604	59.597.039	5,87%
Dívida com a União	56.291.604	59.597.039	5,87%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.983.867	2.844.985	43,41%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.981.302	2.842.353	43,46%
Mobiliária	2.565	2.632	2,61%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	206.200	58.578	-71,59%
DÍVIDA FINANCEIRA	58.481.671	62.500.601	6,87%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	28.765.392	31.445.892	9,32%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,03	1,99	-2,24%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 4,6% do total da dívida financeira, encerrou o 1º bimestre de 2012 com saldo de 2,85 bilhões, ou seja, 43,4% superior ao do 1º bimestre de 2011, justificada pela variação positiva do dólar do período e, em virtude do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 58,58 milhões, representando uma redução de 71,6% em relação ao saldo verificado no exercício de 2011. O decréscimo dessa dívida decorreu da reclassificação contábil das dívidas da Companhia de Transporte Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL, junto à entidade de previdência complementar e da quitação da dívida da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ com o INSS.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o

Tabela 28

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS
R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.345.946	2,22%	2,15%
2,1 - 4	297.129	0,49%	0,48%
4,1 - 6	57.720.362	95,18%	92,35%
acima de 6,1	1.277.679	2,11%	2,04%
Subtotal	60.641.116	100,00%	97,02%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.841.693	99,04%	2,95%
4,1 - 6	17.791	0,96%	0,03%
Subtotal	1.859.485	100,00%	2,98%
Total	62.500.601		100,00%

Estado do Rio, apresentou uma queda de 2,2%, passando de 2,03 para 1,99⁴³. A despeito da elevação do estoque da dívida do Estado, essa melhora ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida Real em 9,3%. Assim, por mais um ano o Estado do Rio de Janeiro cumpriu a meta n.º 1 do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999, e ainda ficou abaixo do definido como meta.

PERFIL DA DÍVIDA FINANCEIRA

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 97,0% do estoque. Desse montante, 92,6% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

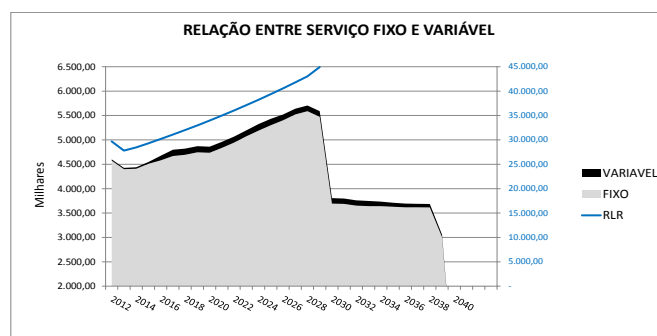
Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo⁴⁴, que representam 7,1% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,04% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴⁵. No exercício seguinte ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 3,0%.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁶ e ao prazo médio de repactuação⁴⁷, estes atingiram 11,07 anos e 11,55 anos, respectivamente.

Gráfico 13



⁴³ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

⁴⁴ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁴⁶ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

CENÁRIOS ECONÔMICOS

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,35%	219.903.982,38	IGPM	0,36%	219.903.982,38	IGPM	0,32%	219.903.982,38
IGP-DI	90,48%	56.159.625.153,11	IGP-DI	90,30%	55.016.734.588,56	IGP-DI	91,28%	61.877.942.481,73
DÓLAR	4,32%	2.681.781.685,75	DÓLAR	4,40%	2.681.781.685,75	DÓLAR	3,96%	2.681.781.685,75
TR	1,16%	723.013.900,51	TR	1,19%	723.013.900,51	TR	1,07%	723.013.900,51
TJLP	3,07%	1.903.828.267,56	TJLP	3,12%	1.903.828.267,56	TJLP	2,81%	1.903.828.267,56
LIBRA	0,00%	2.631.818,26	LIBRA	0,00%	2.631.818,26	LIBRA	0,00%	2.631.818,26
IENE	0,00%	-	IENE	0,00%	-	IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-	SELIC	0,00%	-	SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,61%	378.212.933,95	S/ CORREÇÃO	0,62%	378.212.933,95	S/ CORREÇÃO	0,56%	378.212.933,95
TOTAL	100,00%	62.068.997.741,52	TOTAL	100,00%	60.926.107.176,97	TOTAL	100,00%	67.787.315.070,14
		dez/12			dez/12			dez/12

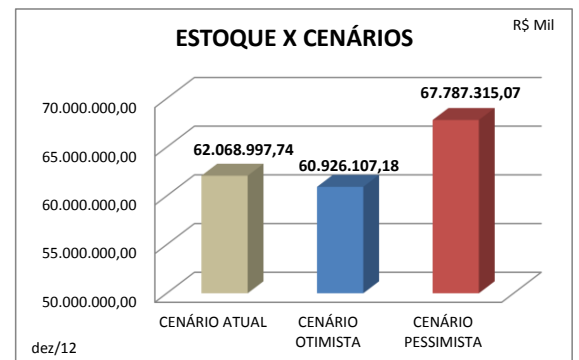
Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 6,86 bilhões e, em valores relativos, de 11,3%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 0,8% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 90,5%, no cenário atual, para 91,3%, no cenário pessimista.

No que se refere ao contexto macroeconômico e aos cenários apresentados, o IGP-DI desacelerou de 0,30% para 0,07% de janeiro para fevereiro. Com esse resultado, divulgado em 07/03/2012, pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o indicador acumula em 12 meses alta de 3,38%, e de 0,37% no ano. A taxa ficou dentro das estimativas dos analistas do mercado financeiro (-0,12% e 0,20%), mas acima da mediana das expectativas (-0,03%).

No cenário do Banco Central, foi mantida a percepção de que a inflação medida pelos IGPs está em trajetória de aceleração, em 2012. A mediana das projeções para o

Gráfico 14



⁴⁷ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), em 2012, voltou a subir e passou para 4,88%.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 72,23 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em janeiro e fevereiro de 2012:

- R\$ 51,57 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 7,69 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 6,27 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 5,99 milhões foram destinados para o Programa Saneamento para todos – PAC (recursos provenientes da CAIXA);

Neste bimestre, o Estado deu entrada junto à STN em mais quatro operações de crédito, quais sejam:

- US\$ 200 milhões, destinados à obras complementares do Arco Metropolitano, a ser firmado junto à Corporação Andina de Fomento - CAF;
- US\$ 100 milhões, destinados à obras emergenciais na região serrana, a ser firmado junto à Corporação Andina de Fomento - CAF;
- US\$ 319,7 milhões, destinados à obras de implantação e reestruturação de rodovias Estaduais, a ser firmado junto à Corporação Andina de Fomento - CAF ; e
- US\$ 60 milhões destinados ao financiamento do Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens a ser firmado junto ao Banco Interamericano – BID.

Tabela 29
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro
Data: 28.02.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	72.232,78	1.108.875,99	2.599.061,39
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	19.957,61	695.350,23	1.309.017,99
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	-	527,32	527,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	5.995,55	201.839,89	508.145,16
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	6.273,48	75.842,21	75.842,21
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	-	0,00
6. BNDES PMAE II	-	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	7.688,58	126.035,32	126.035,32
8. VIALIGHT - CAIXA	-	51.775,84	259.138,33
9. MARACANÃ_COPA 2014 - BNDES	-	220.000,00	320.000,00
Demais	52.275,17	413.525,76	1.290.043,41
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	51.572,43	208.340,22	227.996,02
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	-	14.176,26	43.531,77
3. BID - PROFAZ (profisco)	702,74	16.044,62	22.724,90
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	-	23.049,83	31.836,10
5. BID PRODETUR	-	151.914,84	191.430,40
6. PROHDUMS - BIRD	-	-	-
7. PSAM-BID	-	87.193,98	772.524,22
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	494.170,59	2.760.547,27
1. PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PET II ADIC. BIRD	-	98.479,90	1.025.520,00
2. AM - ARCO METROPOLITANO - CAF	-	182.236,91	341.840,00
3. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	31.216,86	102.552,00
4. MRE - MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL - PRÓ VIAS - CAF	-	182.236,91	546.388,51
5. METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES	-	99.987,85	157.954,51
6. POE - PROGRAMA DE OBRAS EMERGENCIAIS - CAF	-	60.728,63	170.920,00
7. PAC II - SANEAMENTO - CAIXA	-	124.539,58	415.372,25
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	3.836.391,54	7.871.964,35
Total	72.232,78	5.439.438,12	13.231.573,02

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2012

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2012.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou 1º bimestre de 2012, com 634 Convênios de Despesa e 425 Convênios de Receita vigentes⁴⁹.

⁴⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁵⁰. Já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁵¹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 134 convênios, beneficiando 74 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 520,33 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 500 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 1,18 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 1º bimestre de 2012, o total de 71 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,46 bilhões⁵². Dessa importância, R\$ 1,46 bilhão, consiste no valor previsto de repasse da União e, aproximadamente R\$ 1 bilhão, é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até este bimestre, foram repassados em torno de R\$ 913,20 milhões. Sendo destinados 58,0% à área de Habitação e cerca de 42,0% à área de Saneamento.

⁴⁹ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁵⁰ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010.

⁵¹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵² Valor original desconsiderando os aditivos.